Geopolítica do minério de ferro brasileiro no entreguerras

Gustavo Barros*

Março de 2019

Este trabalho explora as cisões no plano internacional no período entreguerras relativas à exploração das amplas reservas de minério de ferro da região central de Minas Gerais e algumas de suas implicações. A historiografia que trata do debate sobre a questão siderúrgica e a exportação de minério de ferro, travado no Brasil entre a década de 1910 e o início da de 1940, pouca atenção deu à diferenciação e ao conflito de interesses entre as potências mundiais quanto à exploração desses recursos minerais. Argumento aqui que essa exploração tinha implicações estratégias potenciais significativas para o equilíbrio de forças entre as potências europeias no âmbito da configuração que se estabeleceu após o Tratado de Versalhes. Que isso tenha ocorrido teve desdobramentos relevantes para os eventos no Brasil, e nos permite compreender tanto a vinda da ARBED ao país para constituir a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, quanto o surgimento de um discurso abertamente antiexportador da parte de algumas figuras de grande expressão política em Minas Gerais.

Palavras-chave: Entreguerras, Geopolítica, Minério de ferro, Siderurgia

---

*Professor da Faculdade de Economia da UFJF. Site: `https://gustavo.barros.nom.br/`.
Agradeço a Michel Deliberali Marson, a Dominique Santana e aos participantes do 5º Workshop de História Econômica pelos comentários, bem como a Felipe Pereira Loureiro pelas recomendações bibliográficas. Galba di Mambro facilitou-me o acesso aos documentos de sua pesquisa de doutoramento sobre a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, pelo que também agradeço.

Geopolitics of the Brazilian iron ore in the interwar period

This work explores the conflict in the international sphere in the interwar period regarding the exploitation of the large iron ore reserves in the central region of the state of Minas Gerais, Brazil, along with some of their implications. The literature that covers the debate about the steel-making problem and iron ore export, which occurred in Brazil from the 1910s to the early 1940s, largely neglected the differentiation of interests and antagonism between the world powers regarding the exploitation of these mineral resources. I argue here that this exploitation had significant strategic potential implications to the balance of power among European powers within the configuration established after the Treaty of Versailles. This circumstance unfolded into relevant events in Brazil, and allows us to understand both that ARBED came to the country to create the Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira and the emergence of an openly antiexport discourse from some prominent politicians from Minas Gerais.

Keywords: Interwar period, Geopolitics, Iron ore, Steel-making

Introdução

As possibilidades de exploração econômica das grandes reservas de minério de ferro brasileiras estiveram enredadas em uma série de dificuldades de caráter predominantemente político durante o período que se estende da década de 1910 até o início da de 1940. Em particular, a exploração do minério de ferro para exportação foi atrelada à produção siderúrgica no país por um conjunto de injunções históricas particulares. Este emaranhado tanto obstou a exportação mais sistemática de minério de ferro até a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, quanto condicionou as possibilidades de desenvolvimento siderúrgico do país.

O pomo da discórdia nas discussões residia nas tensões entre certas inclinações do embrionário nacionalismo econômico e as necessidades, reais ou percebidas, de se obter o concurso do capital estrangeiro para os projetos então em pauta nessa área, bem como os requisitos dos grandes importadores internacionais de minério de ferro.

De um lado, os interesses "nacionais", que viam nas enormes jazidas de minério de ferro localizadas em Minas Gerais uma oportunidade e em alguma medida se ressentiam da voracidade com que empresas e indivíduos de outras nacionalidades, mas não só, se dirigiram à aquisição e tentativas de exploração desses amplos recursos naturais. Em suas versões mais ponderadas, este lado da contenda se manifestou num reconhecimento do poder de barganha que essas reservas conferiam ao Brasil, e a Minas em particular, e procurou condicionar a exploração do minério a compensações adequadas pelos interessados. A compensação por excelência exigida dos pretendentes a exportadores durante aquele período foi a construção e operação de uma usina siderúrgica no país, no mais das vezes mais especificamente em Minas Gerais, através da vinculação entre os volumes de exportação e de produção siderúrgica. Esse princípio foi efetivado tanto através da legislação estadual mineira sobre o imposto de exportação de minério de ferro quanto nas concessões realizadas no âmbito do governo federal. Mas a vertente nacionalista também deu lugar à emergência de um discurso abertamente antiexportador, dirigido especialmente ao minério de ferro, que chegou a gozar de certo prestígio e influência em determinados momentos e esferas.

De outro lado, os interesses "estrangeiros", que reconheciam o potencial das reservas minerais brasileiras e mostraram-se dispostos e mesmo ávidos a explorá-las ao ponto inclusive, ao menos em princípio, de acederem às compensações sendo exigidas pelos brasileiros. De fato, como veremos adi-

ante, o Brasil encontrava-se numa posição de potencial fornecedor dessa matéria-prima que era particularmente favorável do ponto de vista dos grandes produtores siderúrgicos que dependiam da importação de minério para abastecerem suas usinas.

Enquanto se desenrolava historicamente, o debate conjunto sobre o problema siderúrgico e a exportação de minério de ferro organizou-se ostensivamente em torno dessa polarização entre interesses "nacionais" e "estrangeiros". Com o tempo, esse mesmo contraponto foi incorporado praticamente intacto à própria historiografia sobre a questão. Os intérpretes brasileiros desse debate, tipicamente, ecoam a grande desconfiança com relação aos interesses estrangeiros que os contemporâneos alardeavam e que se concentrou sobretudo na famosa empresa inglesa *Itabira Iron Ore Co.* e na figura do empresário norte-americano que esteve à sua frente nas décadas de 1920 e 1930, Percival Farquhar.[1] O interesse estrangeiro, no caso o dos países grandes produtores siderúrgicos, dessa perspectiva, é tipicamente retratado como apenas importar o minério de ferro brasileiro para abastecer a sua própria produção – ou adquiri-lo e entesourá-lo para importação futura – e um desinteresse em promover a produção siderúrgica no Brasil, quando não um interesse ativo em impedi-la.

Já entre os norte-americanos que se dedicaram ao tema transparece com alguma frequência, diante do mesmo cenário, uma certa mistura de incompreensão e indignação que, por vezes, chegou a dar vazão a uma acusação mais ou menos aberta de xenofobia da parte dos brasileiros.[2] De qualquer

[1]Veja Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pp. 101–51; Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, cap. IV e V; Martins, *Pouvoir et développement économique*, cap. V; Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, cap. VII; Luz, *Luta pela industrialização*, pp. 88–89, 190–91; Moreira, *CSN*, pp. 12–24; Silva, "A crise política no quadriênio Bernardes". Não quero sugerir aqui que estes autores não tenham demonstrado, em certos casos, algum distanciamento perante essa atitude. Mas, pelo menos até onde vai o meu conhecimento e a minha leitura dos textos disponíveis de autores brasileiros, há sim uma inclinação clara e relativamente generalizada. Essa afirmação é necessariamente em alguma medida subjetiva, contudo, tampouco conheço a proposição de um quadro analítico alternativo entre os intérpretes conterrâneos.

[2]Veja, por exemplo, Wirth, *Politics of Brazilian development*, cap. 4; Gauld, *The last titan*, cap. XVI e XVII; Callaghan, "Obstacles to Industrialization", cap. 6; Baer, *Brazilian steel industry*, pp. 64–68; Triner, *Mining and the State*, pp. 64–77. Para menções explícitas à "xenofobia" dos brasileiros, veja Wirth, *Politics of Brazilian development*, pp. 80–82; Gauld, *The last titan*, pp. 285–86; Callaghan, "Obstacles to Industrialization", pp. 362–68, 390, 394–95, 398–401. Há que se reconhecer todavia que, excluídos os excessos, essa é uma reação compreensível, na ausência da identificação que os brasileiros têm com o seu próprio nacionalismo.

forma, tanto uns como outros, mantiveram praticamente todos essa cisão de interesses entre brasileiros e estrangeiros como elemento estruturante básico de suas análises.[3]

Que uma dicotomia simplista como essa pudesse ser útil aos contemporâneos em suas contendas – mesmo que, a portas fechadas, eles mostrassem uma inclinação muito maior ao compromisso do que os discursos públicos fariam presumir – é perfeitamente compreensível. Contudo, essa adesão tão generalizada da historiografia a esse eixo analítico implicou na existência de certos escolhos interpretativos, fazendo com que aspectos relevantes dos eventos passassem completamente ao largo do foco de atenções. Este texto se propõe justamente a explorar um desses aspectos, nomeadamente a cisão dos interesses no plano internacional em torno da exportação de minério de ferro brasileiro, e alguns de seus desdobramentos internos, na forma da vinda da ARBED para o Brasil, com a constituição da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, e no correlato surgimento de um discurso abertamente antiexportador da parte de algumas figuras de escol em Minas Gerais.

Mais explicitamente, o objetivo deste trabalho é avaliar a importância estratégica, no plano internacional, do principal projeto de exportação de minério de ferro brasileiro que foi articulado no período entreguerras, o projeto Itabira. E examinar como essa configuração particular de interesses, nesse plano, condicionou as ações de alguns agentes chave para o desenrolar dos eventos no Brasil.

---

[3] Há duas exceções que devem ser ressaltadas a esse respeito, porém. A primeira é a influente tese de John D. Wirth, segundo a qual Vargas foi capaz de manobrar com habilidade as tensões entre EUA e Alemanha, durante o Estado Novo, a ponto de eventualmente ter sido bem sucedido em garantir o apoio norte-americano, na forma em que se deu, para a construção de Volta Redonda (Wirth, *Politics of Brazilian development*, cap. 5). O que não impediu o autor, contudo, de empregar o nacionalismo como eixo analítico central em outras partes do seu trabalho, sobretudo para dar conta do comportamento dos brasileiros. A segunda exceção é o interessante trabalho que vem sendo desenvolvido recentemente por Ted Fertik. Ele explora a existência e atuação de indivíduos e organizações nos países industrializados que tinham um interesse econômico na industrialização de países em desenvolvimento, como o setor de bens de capital ou firmas de engenharia, que viam no desenvolvimento industrial desses países um mercado para a sua atuação e que contavam com amplo apoio governamental (Fertik, "Packaging Industrialization"; Fertik, "Transnational Actors").

Antecedentes

Ainda que o nosso foco seja o período entreguerras, o tratamento de alguns antecedentes é instrumental à adequada compreensão dos eventos de então. A esse respeito, há três coisas a tratarmos. Primeiro, que as reservas de minério de ferro existentes em Minas Gerais já vinham recebendo uma boa dose de atenção desde antes da Primeira Guerra Mundial. A divulgação dos levantamentos feitos em Minas pelo governo brasileiro no XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em Estocolmo no ano de 1910, sem dúvida é um marco a esse respeito, mas outros canais de circulação de informação também estiveram em jogo. Segundo, que essas atenções desdobraram-se numa onda de aquisições de jazidas no país predominantemente, ainda que não exclusivamente, por estrangeiros. Embora essa verdadeira "corrida do ferro" tenha se estendido ao longo de toda a década de 1910, a parte crítica das aquisições ocorreu ainda antes do início do conflito. E, terceiro, que em reação a essas circunstâncias, os brasileiros assumiram uma posição clara de condicionar a saída do minério do país ao cumprimento de certas exigências que, do seu ponto de vista, deveriam assegurar que ao país também acorressem os benefícios dessa exploração.

É importante observarmos que a posição do governo brasileiro, a princípio, envolvia não só uma franca boa vontade frente à participação estrangeira na exploração mineral no país como um esforço ativo de atração do capital estrangeiro para essa finalidade. Uma clara expressão disso foi a criação, em janeiro de 1907, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil junto ao Ministério da Viação. O novo órgão tinha como finalidade realizar estudos e levantamentos da geologia e mineralogia do país tendo em vista o aproveitamento dos recursos minerais e das águas e promover a sua divulgação "no país e nos principais centros estrangeiros" e prestar informações aos interessados.[4] Nos termos de Dermeval José Pimenta, o Serviço Geológico e Mineralógico fora criado "destinado, não só a realizar o estudo científico da estrutura geológica, da mineralógica e dos recursos naturais do país, mas ainda a fazer a propaganda sistemática dessas riquezas minerais."[5] A chefia do recém criado Serviço foi entregue a um geólogo de origem norte-americana,

---

[4]Decreto n. 6.323, 10 de jan. de 1907, "Crea o serviço geologico e mineralogico do Brazil"; Luiz Gonzaga de Campos, "Informações sobre a industria siderurgica pelo Dr. Gonzaga de Campos", em *BSGM*, n. 2, 1922; Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, pp. 49–50; C. Oliveira, "Problema Siderurgico", pp. 9–10.

[5]Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, p. 52.

ainda que radicado no Brasil, Orville A. Derby.[6] De forma similar, aliás, ao que havia sido feito durante o governo Rodrigues Alves, quando em 1903 se entregou a chefia da Comissão de Estudo das Minas de Carvão de Pedra do Brasil ao geólogo norte-americano I. C. White.[7] Derby, por sua vez, atribuiu a Luiz Gonzaga de Campos, engenheiro formado numa das primeiras turmas da Escola de Minas de Ouro Preto, a tarefa de estudar as condições geológicas e econômicas das jazidas de ferro na Serra do Espinhaço, que separa a bacia do Rio Doce da do São Francisco, na região central de Minas Gerais.

Em torno desta mesma época, também internacionalmente, as reservas de ferro vinham recebendo particular atenção. Muito importante a esse respeito foi o XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em agosto de 1910 em Estocolmo, e que incluiu entre os seus principais temas as "reservas de minério de ferro no mundo" tendo por objetivo a realização de um balanço internacional das reservas disponíveis.[8] Para este fim, foram realizados inquéritos mundiais e os diversos países, dentre eles o Brasil, foram convidados a apresentar relatórios nacionais. O Brasil não mandou representantes a Estocolmo, no entanto, Orville Derby enviou uma memória – intitulada "The Iron Ores of Brazil" – que havia sido preparada com base nos levantamentos de Gonzaga de Campos para atender ao convite da comissão de organização do Congresso.[9]

Os resultados foram compilados e publicados pelos organizadores do Congresso ainda no ano de 1910. O Brasil figurou nos levantamentos como estando "entre o países que possuem as maiores reservas de minério de ferro do mundo", com em torno de 5% das reservas totais estimadas (incluindo reservas efetivas e potenciais), sendo reconhecido o minério brasileiro como de alto teor de ferro e com proporção de fósforo notavelmente baixa.[10]

---

[6]Rady, *Volta Redonda*, pp. 73–74.

[7]C. Oliveira, "Industria siderurgica", pp. 27–31; E. Oliveira, "Regiões carboniferas dos Estados do Sul", pp. 109–10; Leme, "Carvão e ferro no Brasil", p. 4; Edmundo de Macedo Soares e Silva, "O problema do carvão de pedra na siderurgia brasileira", Conferência no 2º Congresso Panamericano de Engenharia de Minas e Geologia, 3 de out. de 1946, Petrópolis, CPDOC – EMS pi Soares, E. 1946.10.03, p. 7; José Carlos de Carvalho, "O carvão e o ferro do Brazil. A prophecia de um sabio geologo, 1905–1920", em *BFC*, v. XVIII, n. 203, 15/01/1920, pp. 5–6.

[8]Sobre o XI Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, seus principais resultados e suas consequências para o Brasil veja Sundquist e Nordlund, "Science and Honour", pp. 286–87, passim; C. Oliveira, "Industria siderurgica", p. 4, passim; *BSGM*, n. 2, 1922, pp. 74 sqq., passim.

[9]Derby, "The iron ores of Brazil"; também publicado em *BSGM*, n. 2, 1922, pp. 53 sqq.

[10]*BSGM*, n. 2, 1922, pp. 75–77; Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, pp. 50–51.

Em retrospecto, chegou a causar espanto a alguns autores a divulgação das reservas brasileiras no Congresso de Geologia de Estocolmo.[11] O Serviço Geológico e Mineralógico, porém, cumpria estritamente suas finalidades estabelecidas pelo próprio governo em decreto, sem dúvida tendo em vista a atração de capitais estrangeiros, com o que certamente contribuiu. O que, aliás, estava perfeitamente em linha com as diretrizes governamentais até então, como vimos observando. A visão do próprio Gonzaga de Campos é esclarecedora a esse respeito. Em relatório dando contas justamente do conteúdo do recém recebido compêndio do Congresso de Estocolmo ele se gabava:

> Em todo caso os resultados beneficos desses estudos e da sua divulgação já começaram e estão continuando. Viajando agora pela região central de Minas, ouve-se frequentemente dos estalajadeiros: "Pousaram aqui uns extrangeiros trazendo nas mãos uns mappazinhos, e foram mexer nesses morros atrás de minereo de ferro".[12]

Note-se ainda que essa atitude francamente favorável à exportação do minério de ferro que demostrava o governo federal era compartilhada por Minas Gerais, em particular. Essa citação de Gonzaga de Campos é sugestiva dessa atitude, mas poderia ser tomada como uma posição individual. No entanto, o próprio Congresso Mineiro deixava pouca dúvida a respeito quando fixou, ainda em setembro de 1909, o imposto de exportação sobre o minério de ferro em 5 réis por tonelada, sem nenhuma espécie de condicionalidade ou limite associados a essa exportação.[13] Contudo, essa atitude estava então prestes a mudar substantivamente, tanto em Minas como no âmbito federal.

Concretamente, em meio às movimentações internacionais que se seguiram à divulgação dos resultados do Congresso de Geologia, ocorreu, no Brasil, uma

---

[11] Por exemplo: "Apesar de ter sido convidado [ao Congresso de Estocolmo], o Brasil não envia representantes. Ele faz melhor: ele envia um memorando, assinado por Orville Derby, que aponta todas as jazidas levantadas no ano anterior e indica as vias férreas que as ligam ao mar. Esta divulgação gratuita do mapa das minas provoca um grande afluxo de aquisição de terras no Brasil." (Martins, *Pouvoir et développement économique*, p. 169).

[12] Luiz Gonzaga de Campos, "Os minereos de ferro do Estado de Minas Geraes", comentários sobre os resultados do inquérito do Congresso de Estocolmo, [ca. 1910], em *BSGM*, n. 2, 1922, pp. 74–85, esp. p. 78; cf. porém a posição dele sobre o mesmo assunto em parecer de janeiro de 1916, Luiz Gonzaga de Campos, "Informações sobre a industria siderurgica", parecer, [jan. de 1916], em *BSGM*, n. 2, 1922, pp. 5–44, esp. p. 40.

[13] Lei n. 493, 11 de set. de 1909, Estado de Minas Geraes, "Fixa as taxas de impostos sobre exportação de alguns artigos [. . .]", em *Leg. MG*, 1909, p. 18. A lei tratava igualmente do imposto de exportação sobre madeira, dormentes e cigarros.

verdadeira corrida do ferro, que se manifestou na rápida aquisição de muitas das principais jazidas mineiras por interessados, sobretudo estrangeiros dos grandes países produtores, mas incluindo também alguns brasileiros.[14]

Do ponto de vista de muitos brasileiros, agravava este impulso de compra de jazidas, especialmente por estrangeiros, o fato da Constituição Brasileira de 1891 não separar a propriedade do solo e do subsolo,[15] de forma que as jazidas passaram a mãos estrangeiras por simples transações de compra de terra, a preços de terra.[16]

Em que pese a indubitável importância do Congresso de Estocolmo, ocorrido em agosto de 1910, na aceleração dos eventos, parte importante desta história o antecede. Ao menos no Brasil, já se conheciam, desde 1881, as estimativas de Henry Gorceix.[17] Informações, ainda que talvez não tão sistematizadas, já estavam disponíveis internacionalmente em círculos mais restritos pelo menos desde o começo do século.[18] O próprio país já vinha enviando amostras de seus minérios ao exterior para análise.[19]

Em particular, uma das mais importantes aquisições, e a que levantaria maiores polêmicas nos anos à frente, bem como a tomada do controle sobre a melhor via férrea para o escoamento dos minérios da região, já haviam ocorrido antes da divulgação dos levantamentos de Gonzaga de Campos em Estocolmo. De fato, já em 1908 a diretoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) fora procurada por um grupo inglês que declarou possuir uma opção de compra para as jazidas de ferro na região do "Pico de Itabira",

---

[14]C. Oliveira, "Industria siderurgica", pp. 14–15; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, pp. 29–40; Martins, *Pouvoir et développement économique*, p. 169; Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pp. 107–8; Gauld, *The last titan*, p. 363; C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 35–36; Barros, "Problema siderúrgico", pp. 53–55.

[15]Para um tratamento em profundidade da questão, veja Triner, *Mining and the State*, pp. 23–29. Veja também Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pp. 84, 101.

[16]C. Oliveira, "Industria siderurgica", p. 14; Martins, *Pouvoir et développement économique*, p. 169; Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pp. 107–8; Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, p. 22.

[17]A sua estimativa era de 5 bilhões de toneladas, acrescentando que "não exageraria duplicando este número", algo muito próximo, aliás, daquilo que foi publicado em Estocolmo (*BSGM*, n. 2, 1922, p. 59; veja também Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, p. 107).

[18]Um especialista norte-americano, enviado ao Brasil pelo *Iron Ore Institute*, afirmava em 1902: "O autor está convencido de que a qualidade do minério e a enormidade dos depósitos irão, uma vez conhecidos, permitir ao minério de ferro brasileiro assumir uma posição de liderança no mercado." (H. K. Scott, *The Iron Ores of Brazil*, Iron and Ore Institute, May 1902, apud Martins, *Pouvoir et développement économique*, p. 256).

[19]Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, p. 98.

e que pretendia exercer tal opção caso fosse possível transportar o minério pela EFVM e queriam saber a que preço poderiam contratar o transporte.[20] A companhia avaliou então a proposta e concluiu, no início de 1909, que se a linha fosse tecnicamente melhorada – incluindo eletrificação, substituição dos trilhos por outros mais pesados, reforço de pontes etc. – ela poderia transportar 3 milhões de toneladas anuais de minério cobrando 8 réis/t.km. Diante disso, o grupo inglês organizou então o *Brazilian Hematite Syndicate* que adquiriu naquele mesmo ano uma opção de compra de mais de 50% das ações da EFVM.

A EFVM, contudo, possuía desde fevereiro 1902 uma concessão, com garantia de juros ouro de 6% e privilégio de zona, para o trecho Vitória-Peçanha-Diamantina, e não para Itabira.[21] A EFVM buscou então junto ao governo a obtenção das concessões necessárias à execução de seus novos planos, que incluíam a mudança de traçado da ferrovia, a obtenção de novas garantias ao capital adicional a ser empregado na eletrificação e aparelhamento da estrada e, por fim, a autorização para a exportação do minério de ferro nos volumes pretendidos. O governo, então presidido por Nilo Peçanha, não se opôs às solicitações da companhia, e o contrato foi aprovado em dezembro de 1909, no qual ficou autorizada a exportação média de 3.000.000 t/ano de minério, e foi fixado um teto de 8 réis/t.km para o seu frete.[22]

Com o novo contrato assinado, o *Brazilian Hematite Syndicate* exerceu então suas opções ao longo do primeiro semestre de 1910, assumindo a posse das principais jazidas de Itabira, bem como o controle da EFVM.[23] Em 1911, o *Brazilian Hematite Syndicate* foi ainda incorporado por uma nova empresa, a *Itabira Iron Ore Company, Limited*, registrada em Londres, e que recebeu autorização para funcionar no Brasil em junho desse mesmo ano.[24] Nesta

---

[20] Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, pp. 54–55, 58; CTEF, *Grande siderurgia e exportação de minério de ferro*, pp. 206–10; Gauld, *The last titan*, p. 362.

[21] Decreto n. 4.337, 1 de fev. de 1902, "Confirma á Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas a concessão [...]".

[22] Decreto n. 7.773, 20 de dez. de 1909, "Autoriza a modificação do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas [...]", em *DO*, 14/01/1910, p. 350. A autorização para o transporte do minério, ao menos contratualmente, era mais bem implícita, na verdade. Rigorosamente, a capacidade da ferrovia é especificada em 3.000.000 t/ano e a exportação do minério de ferro deveria cobrir as garantias ao capital necessário para as melhorias.

[23] Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, pp. 22, 58.

[24] Gauld, *The last titan*, p. 362; Decreto n. 8.787, 16 de jun. de 1911, "Concede autorização á 'Itabira Iron Ore Company, Limited', para funccionar na Republica", em *DO*, 25/06/1911, pp. 7777–88.

ocasião, entraram no negócio outros interesses britânicos, nomeadamente, o banqueiro Ernst Cassel e a *Baring Brothers*. Ao que tudo indica, Cassel assumiu a frente da companhia.

A aquisição das jazidas na região de Itabira pelo *Brazilian Hematite Syndicate* foi importante mas, a esse respeito, foi uma entre muitas outras que vieram a ser realizadas nos anos seguintes. O controle sobre a EFVM, contudo, foi um evento crucial na definição dos acontecimentos posteriores, pois esta ferrovia consistia, sem dúvida alguma, na melhor via de acesso à região ferrífera de Minas Gerais. Mais precisamente, a zona privilegiada da EFVM garantia o controle sobre a via de acesso ao minério que oferecia as melhores condições econômicas de transporte. A única outra via de acesso viável existente era a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Contudo, a diferença de relevo entre os territórios cruzados pelas duas ferrovias dava clara vantagem à EFVM. Notadamente, enquanto a EFCB tinha que cruzar o maciço da Serra da Mantiqueira, o trajeto da EFVM acompanhava o vale do Rio Doce, sendo portanto muito menos acidentado. Consequência disso é que a EFVM tinha condições de realizar o transporte do minério a preços menores e em maiores quantidades que a EFCB.

* * *

Esse conjunto de eventos suscitou uma reação por parte dos brasileiros que se materializou claramente no ano de 1910 e que denotava já uma outra atitude frente à exportação de minério de ferro, distinta da que prevalecera até então. Esse novo posicionamento viria a presidir, com variações, as discussões e negociações pelas próximas décadas. Essencialmente, a partir desse momento, o país passa a exigir compensações pelas concessões associadas à exportação de minério de ferro, que assumiram diversas formas, mas que se concentraram simbolicamente numa: a produção siderúrgica no país como contrapartida da exportação do minério. Num certo sentido, foi em 1910 que o Brasil descobriu o poder de barganha que as suas enormes reservas de minério de ferro lhe conferiam. Minas Gerais, em particular, descobriu a mesma coisa. Foi então que o país abandonou a atitude pregressa de buscar ativa e humildemente interessar os capitais estrangeiros e assumiu o comportamento de alguém que é cortejado por vários interessados. E não precisamos mais do que oferta e demanda para entender essa mudança.

Já em maio de 1910, o presidente Nilo Peçanha baixou o decreto n. 8.019 concedendo favores àqueles que se propusessem a montar no país estabe-

lecimentos siderúrgicos, com fornos de ferro-gusa de capacidade mínima a especificar, instalações de refino, de laminação etc.[25] Os benefícios previstos incluíam facilidades de transporte, redução de fretes para matérias-primas e produtos nas estradas de ferro da União, isenções e preferência de consumo para os produtos das usinas nas obras da União. O decreto de Peçanha foi considerado – à época e mais tarde, na historiografia – como sinal de iniciativa do governo em favor da siderurgia, o que certamente também era, e cujos efeitos potencialmente benéficos foram frustrados pelo infortúnio do conclave mundial alguns anos depois.[26] Examinado atentamente, contudo, tal decreto revela ter pronunciado caráter reativo, no caso, reativo às concessões obtidas pelo *Brazilian Hematite Syndicate*, por intermédio da EFVM, em seu contrato de dezembro do ano anterior. De fato, o conteúdo do decreto 8.019/10 era composto de dois elementos essenciais. Por um lado, ele destinava-se a generalizar as condições que estavam sendo oferecidas pelo governo à EFVM e, por outro, ele vinculava a siderurgia à exportação de minério de ferro. Centralmente, seu artigo 1º garantia a "redução de frete nas estradas de ferro da União, para o transporte das matérias-primas e dos produtos elaborados sobre as seguintes bases: [...] 8 réis por tonelada-quilômetro para o minério de ferro, destinado à exportação ou às usinas, em expedições por vagões completos; [...]." Ou seja, a título de incentivar a siderurgia no país, o decreto oferecia *fretes subsidiados para a exportação de minério de ferro*, a *preço idêntico* àquele que a EFVM pretendia atingir através de sua eletrificação e aparelhamento, e mais, implicitamente dava a autorização para exportar o minério.

A lei n. 533 do estado de Minas Gerais, de setembro de 1910, já era mais explícita a respeito do que passaria a estar em jogo.[27] A lei aumentava o imposto de exportação sobre o minério de ferro de 5 réis por tonelada – valor

[25]Decreto n. 8.019, 19 de mai. de 1910, "Concede [...] favores aos individuos ou emprezas que montarem no paiz estabelecimentos siderurgicos".

[26]Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, p. 145; Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, p. 55; Baer, *Brazilian steel industry*, p. 57; Wirth, *Politics of Brazilian development*, p. 75; Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pp. 101–2; Luz, *Luta pela industrialização*, pp. 188–89.

[27]Lei n. 533, 24 de set. de 1910, Estado de Minas Geraes, "Orça a receita e fixa a despesa para o exercicio de 1911", em *Leg. MG*, 1910, pp. 23–37, art. 9º e 10º. Os termos exatos dessa lei acabaram registrados com certa imprecisão na historiografia, ao que tudo indica, inicialmente por Clodomiro de Oliveira (C. Oliveira, "Problema Siderurgico", p. 43). Contudo, o sentido geral da lei, no que diz respeito ao ponto que aqui nos interessa, não sofreu distorção. Clodomiro de Oliveira sustenta ainda que a votação da "lei numero 553 [sic], de 1910, relativa ao imposto de 200 réis por tonelada de minerio de ferro [...]" fora devida à ação de Arthur Bernardes (p. 43). De fato, Bernardes era então Secretário das Finanças de MG e assinou a lei juntamente com o Presidente do Estado.

este que havia sido fixado no ano anterior, como vimos – para 200 réis por tonelada. Contudo, as duas primeiras fábricas para redução de minério de ferro que se fundassem *dentro do Estado*, com capital de pelo menos 2 mil contos de réis, ficariam isentas por cinco anos do imposto sobre o minério para exportação de até 500 mil t/ano. Vale dizer, o imposto de exportação era multiplicado por 40, mas as empresas que se dispusessem a realizar a produção siderúrgica em território mineiro teriam isenção desse imposto, até um certo limite do volume exportado. Aqui já está claramente colocada a posição de condicionar a exportação do minério de ferro à uma contrapartida na forma da instalação de uma usina siderúrgica em Minas Gerais e, apenas por extensão, "no país".[28]

Diversas foram as concessões feitas nos termos do decreto 8.019/10, bem como nos do correlato decreto 2.046/11 promulgado no ano seguinte.[29] A primeira, e mais importante, foi dada em dezembro de 1910 a Carlos Wigg e Trajano de Medeiros, que se comprometiam a construir uma usina de 150.000 t/ano, tendo como contrapartida a garantia do governo para o transporte pela EFCB, a fretes subsidiados, de 1.500.000 t/ano de minério de ferro para exportação, além de prêmios por fabricação e de garantia de consumo pelo governo.[30] O apoio mineiro ao contrato ficou desde logo caracterizado pela circunstância de que a aprovação pelo Congresso da requisição de Wigg e Medeiros para a obtenção de prêmios por produção e de garantia de consumo,

---

[28]Os termos do decreto federal 8.019/10 exigiam o estabelecimento da fabricação siderúrgica "no país". A lei mineira 533/10 era mais específica e requeria que isso se desse "dentro do Estado". Obviamente, apenas em Minas Gerais os dois critérios eram atendidos simultaneamente.

[29]O governo editou em janeiro de 1911 um outro decreto de teor e escopo similares (Decreto n. 2.046, 11 de jan. de 1911, "Autoriza o Governo a conceder favores [á] [...] emprezas que forem organizadas para explorar a industria siderurgica [...]"). As concessões continuaram, porém, sendo reguladas também, ou sobretudo, pelo decreto 8.019/10.

[30]Decreto n. 8.414, 7 de dez. de 1910, "Concede a Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, ou a Companhia que organizarem, os favores [...]"; Decreto n. 8.579, 22 de fev. de 1911, "Concede aos industriaes Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, ou á companhia que organizarem, os favores [...]", em *DO*, 24/02/1911, pp. 2125–27; "Proposal for Brazilian Iron and Steel Industry projected by Messrs. Carlos Wigg and Trajano S. V. de Medeiros, report by Julian Kennedy, Sahlin & Co., Limited, Engineers", set. de 1911, Bruxelas, CPDOC – EMS d 1911.09.00, doc. I–01. Para as demais concessões, veja Decreto n. 8.557, 15/02/1911; Decreto n. 8.558, 15/02/1911; Decreto n. 9.059, 25/10/1911; Decreto n. 9.295, 03/01/1912; C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 361–62. Ademais, além das concessões para essas empresas que pretendiam exportar minério, foram dadas algumas concessões de estradas de ferro para o mesmo fim (Pedro Nolasco apud CTEF, *Grande siderurgia e exportação de minério de ferro*, p. 210).

concedidos pelo decreto 8.579/11, fora baseada num parecer do Dr. Costa Sena, então diretor e lente de mineralogia da Escola de Minas de Ouro Preto.[31] De fato, esse apoio seria formalizado na lei estadual mineira n. 572, de setembro de 1911.[32] A lei autorizava o governo do Estado a contratar com Wigg e Medeiros a instalação no Estado de Minas Gerais da usina prevista na concessão federal obtida pelos empresários, concedendo para este fim diversos favores, entre os quais se destacava a isenção de imposto de exportação durante 5 anos, nos termos da lei 533/10, para a exportação de minério de ferro. Para além das isenções previstas na lei 533, a lei 572 previa ainda alíquotas reduzidas, mas gradualmente ascendentes, sobre a exportação de minério pelos 25 anos seguintes. Como previsto na lei 533, o volume anual de exportação ficava limitado a um máximo de 500 mil toneladas. Contudo, a lei 572 introduzia explicitamente uma proporcionalidade entre a produção da usina e a exportação de minério, esta não poderia exceder dez vezes aquela. Por fim, o Estado reservava-se explicitamente o direito de conceder a outras empresas favores equivalentes, o que sublinhava mais uma vez o interesse mineiro em travar negócios com contornos similares.

No início de 1912, considerado o conjunto de concessões dos anos anteriores, o governo federal havia autorizado a exportação de 5.900.000 toneladas anuais de minério de ferro, garantido o transporte pelas ferrovias federais de 2.900.000 destas ao preço de 8 réis/t.km, tendo como contrapartida a construção de 6 usinas siderúrgicas de capacidade produtiva conjunta de 302.000 toneladas anuais, das quais 150.000 contavam com prêmios de produção, bem como dado concessões para a construção de novas ferrovias para a exportação de minério de ferro. Com exceção da concessão feita à EFVM, que antecedera o decreto 8.019/10, todas as demais concessões condicionavam a exportação de minério de ferro à produção siderúrgica no país, sempre na proporção de um para dez.[33] Em suma, a partir desse momento se institucionalizou a

---

[31]Joaquim C. da Costa Sena, parecer, 28 de jan. de 1911, Escola de Minas de Ouro Preto, em C. Oliveira, "Industria siderurgica", pp. 86–91. O próprio Clodomiro de Oliveira, apesar de certas ressalvas, manifestava abertamente sua concordância com o "luminoso" parecer de Costa Sena, vale dizer seu favorecimento à concessão Wigg e Medeiros, e esmerava-se longamente na defesa do parecer, incluindo uma série de exemplos internacionais de apoio governamental à siderurgia.

[32]Lei n. 572, 19 de set. de 1911, Estado de Minas Geraes, "Auctoriza o Presidente do Estado a contractar com os cidadãos Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia V. de Medeiros [...]", em *Leg. MG*, 1911, pp. 117–19.

[33]Rigorosamente, a concessão da EFVM exigia que a companhia construísse à sua custa, à margem da estrada de ferro, "um estabelecimento metalúrgico, de instalação aperfeiçoada,

posição brasileira de aceder à exportação do minério de ferro apenas mediante adequada compensação, na forma da produção siderúrgica no país. Os mineiros, em particular, assumiam a mesma posição, se é que não a lideravam, e faziam as mesmas exigências, apenas sendo mais específicos a respeito da localização requerida das usinas.

As duas concessões mais importantes feitas nesse período foram a para a EFVM, controlada pela *Itabira Iron Ore Co.*, e a concessão a Carlos Wigg e Trajano de Medeiros, que resultou pouco depois na Companhia Siderúrgica Brasileira. Já no período anterior à Primeira Guerra, tanto a *Itabira* quanto a Companhia Siderúrgica Brasileira encontraram relevante resistência dentro do próprio país e tiveram, sem dúvida, seus projetos frustrados, pelo menos temporariamente. Foram levadas de roldão pela reação todas as iniciativas siderúrgicas, por artificiais que fossem, que surgiram na onda da exportação do minério de ferro. Em que pese a contingência da Guerra, é duvidoso que qualquer dos projetos tivesse sido bem-sucedido na sua ausência, dada a situação que se configurara internamente já desde antes dela.

Ainda assim, a contingência da Primeira Guerra encarregou-se da expiração dos prazos firmados nos contratos e, em parte, ofereceu a oportunidade para um novo começo, mas ainda profundamente marcado pelos termos do período pré-Guerra. De fato, os dois principais contratos assinados nos governos de Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca continuavam a vigorar no final da década de 1910: o da EFVM, que havia sido renovado em 1916, e o da Companhia Siderúrgica Brasileira, de Carlos Wigg, ainda que a tentativa de revisão deste último tivesse sido bloqueada no Senado. Assim, do ponto de vista dos brasileiros, uma vez encerrados os conflitos mundiais, o final da década de 1910 e a década de 1920, reeditariam, com ânimo revigorado, muitos dos dilemas que haviam sido postos naquele momento anterior. Contudo, as transformações políticas no plano internacional resultantes da Guerra e seus desdobramentos provocaram uma verdadeira mutação no significado que a exploração das reservas de minério de ferro brasileiras possuíam, neste âmbito.

---

capaz de produzir, utilizando o minério do país, uma média mensal de 1.000 toneladas de produtos brutos de ferro, no mínimo" (Decreto n. 7.773, 20/12/1909, em *DO*, 14/01/1910, p. 350). Tratava-se, porém, de uma usina de dimensões verdadeiramente simbólicas. Ademais, e muito importante, não havia nenhum vínculo contratual que estabelecesse qualquer proporcionalidade entre a produção dessa usina e os volumes de exportação. Além disso, mesmo essa diminuta usina passou a ser facultativa com a revisão do contrato da EFVM em 1916 (Decreto n. 12.094, 07/06/1916).

O período entreguerras foi marcado pelos confrontos e debates em torno da *Itabira Iron Ore Company Ltd.* e de seu projeto de exportação de minério de ferro em grande escala pela EFVM. O "caso Itabira" dominou a cena de praticamente todo o debate siderúrgico daí em diante. Como notamos na Introdução, a historiografia se centrou, na interpretação das tensões associadas à exportação do minério de ferro brasileiro, no contraponto entre os interesses nacionais e estrangeiros. A meu ver, porém, a adequada compreensão do assunto passa por buscar o significado que teria o projeto Itabira para o mercado internacional de minério de ferro, caso tivesse sido bem-sucedido, na conjuntura do período entreguerras.

A *Itabira Iron* e o mercado internacional minério de ferro no entreguerras

Estando os prazos para as construções da EFVM prorrogados desde o novo contrato de 1916, Ernst Cassel deixou o Brasil em 1918, retirando-se dos negócios.[34] Seus interesses na *Itabira* foram vendidos a um grupo de banqueiros e siderurgistas ingleses, que por sua vez passou a procurar por um comprador norte-americano. Em meados de 1919, Gordon Leith foi a Nova Iorque representando o grupo inglês e, depois de tentar junto à *Bethlehem Steel* e à *United States Steel*, dirigiu-se por fim a Percival Farquhar, empresário norte-americano que possuía experiência de negócios no Brasil e na América Latina.[35]

Por essa época, em julho de 1919, Epitácio Pessoa, já eleito presidente no Brasil, passou por Nova Iorque em visita ao governo norte-americano no seu retorno da Conferência de Paz, em Paris, tendo sido então procurado por Farquhar.[36] Este fez uma proposta a Pessoa, que a esta altura era já uma fórmula conhecida. Em síntese, tratava-se da construção de uma estrada de ferro em condições técnicas especiais ligando Itabira ao porto de Santa Cruz pelo vale do Rio Doce para a exportação de minério de ferro e de uma usina

[34]Gauld, *The last titan*, pp. 282–84; CTEF, *Grande siderurgia e exportação de minério de ferro*, pp. 210–11.

[35]De fato, Percival Farquhar havia se envolvido, desde o começo do século, em negócios diversos na região, sobretudo com ferrovias e empresas de serviços públicos. Veja Gauld, *The last titan*, pp. 348–49, passim; Martins, *Pouvoir et développement économique*, pp. 172, 256–57; Luz, *Luta pela industrialização*, pp. 89–90.

[36]Gauld, *The last titan*, p. 284; Pessoa, *Pela verdade*, p. 325; CTEF, *Grande siderurgia e exportação de minério de ferro*, pp. 211–12; Martins, *Pouvoir et développement économique*, pp. 172–73; "A Itabira Iron Ore", em *OEF*, n. 17, 06/1937, pp. 41–54, esp. p. 42.

siderúrgica a operar com carvão importado no frete de retorno do minério. Epitácio Pessoa interessou-se pela proposta, e os entendimentos que daí se seguiram vieram a resultar no famoso contrato de maio de 1920, o contrato Itabira, como ficou conhecido.[37]

Materialmente, a proposta era efetivamente muito similar àquilo a *Itabira Iron* havia concebido e planejado no início da década, antes da entrada de Farquhar. Tratava-se de melhorar tecnicamente as condições da EFVM, incluindo a eletrificação e a construção de um ramal em direção a Santa Cruz, onde o minério seria embarcado, de forma a que a ferrovia pudesse realizar um frete competitivo para grandes volumes de minério de ferro destinados à exportação, a finalidade manifesta do empreendimento. Mas havia um número de elementos novos envolvidos nos acordos, dentre os quais nos interessa, particularmente, que a *Itabira* obrigava-se a construir uma usina siderúrgica, não mais de dimensões simbólicas, mas para produzir no mínimo 150.000 t/ano, de vergalhões, barras, chapas, vigas, trilhos e perfilados, sendo prevista a sua progressiva ampliação. Além disso, o contrato ficava condicionado ao acordo e a um contrato adicional com o governo de Minas Gerais.

O que Minas queria em troca de sua aquiescência foi deixado, mais uma vez, cristalino com a lei estadual n. 750, de setembro de 1919, segundo a qual o imposto de exportação estadual do minério de ferro foi aumentado para o valor bastante elevado de 3$000 por tonelada, porém, uma redução deste imposto para 30 réis seria concedida àquelas empresas que estabelecessem *em território mineiro* usinas siderúrgicas transformando pelo menos 5% do minério a ser exportado.[38] Tal preceito, como vimos, já se manifestara nas concessões

[37]Decreto n. 14.160, 11 de mai. de 1920, "Autoriza a celebração [de contracto] com a Itabira Iron Ore Company Limited [...]"; Ministerio da Viação e Obras Públicas, "Contracto com a 'Itabira Iron Ore Company, Limited', para que, sem privilegio, construa e explore usinas siderúrgicas, duas linhas férreas e um cáes de embarque e desembarque, nos Estados de Minas Geraes e Espirito Santo", 29 de mai. de 1920, Rio de Janeiro, em *DO*, 03/06/1920, pp. 9447–50. Veja também, para descrições da época, de ambos os lados, Pessoa, *Pela verdade*, pp. 321–40; Pires do Rio, "O nosso problema siderúrgico", pp. 248–59, passim; Pires do Rio, "Voto vencido do Deputado Pires do Rio sobre o projecto da Commissão de Finanças, que nega approvação ao decreto n. 14.160, de 11 de maio de 1920", [ca. 1926], em *DCN*, sup. n. 109, 09/09/1928, pp. 20–110; C. Oliveira, "Problema Siderurgico". Para interpretações posteriores, veja Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, pp. 76–79; Martins, *Pouvoir et développement économique*, pp. 172–74. O contrato e seus percalços são tratados porém em praticamente todos os trabalhos que lidam com o assunto no período.

[38]Lei n. 750, 23 de set. de 1919, Estado de Minas Geraes, "Eleva o imposto sobre exportação dos minerios de ferro", em *Leg. MG*, 1919, p. 49.

anteriores à Guerra. De fato, o mecanismo utilizado era essencialmente o mesmo, tal como consubstanciado na lei 533/10, discutida acima. Na interpretação do então secretário de Agricultura do Estado, Clodomiro de Oliveira, a respeito da lei 750/19:

> O espirito da lei é subordinar á producção de ferro e aço a capacidade de exportação; é fazer depender essa daquella pela obrigação de transformar 5% do minerio a ser exportado, em ferro e aço, em usinas installadas no territorio do Estado, para poder qualquer empresa gosar da reducção a 30 réis do imposto de exportação.[39]

Se alguma mudança na posição mineira era denotada pela lei 750/19 era no sentido de uma relativa flexibilização da exportação. Isso transparece nos prazos maiores de isenção fiscal – vinte anos, ao invés de cinco – na menor proporção obrigatória entre a produção e a exportação – 5%, ao invés de 10% – e na eliminação da limitação explícita do volume de exportação.

Em todo caso, observa-se claramente que a posição brasileira no imediato pós-Guerra, e a posição mineira em particular, era essencialmente aquela que já havia se configurado a partir de 1910, e de que tratamos acima: uma atitude francamente favorável à exportação do minério de ferro, mas com a exigência de compensações adequadas, na forma sobretudo da produção siderúrgica no país.

* * *

Contudo, quando o contrato entre o governo federal brasileiro e a *Itabira Iron* foi assinado, em maio de 1920, não fazia muito tempo que o mercado internacional de minério de ferro havia sido substantivamente reconfigurado pelo Tratado de Versalhes, que determinou o retorno da Alsácia e da Lorena à França, juntamente com as suas ricas reservas de minério, privando a Alemanha da fonte de aproximadamente três quartos da sua produção de minério de ferro anterior.

Quatro países dominavam então o cenário siderúrgico mundial: os EUA, a Alemanha, a Inglaterra e a França.[40] Apenas esses quatro grandes produtores

[39] C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, p. 60, veja também pp. 47–48, 77.

[40] Dados de produção de ferro-gusa, aço e minério de ferro por país no período estão disponíveis no *Statistical Year-book of the League of Nations*. Dados referentes ao período anterior à Primeira Guerra Mundial podem ser encontrados em Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, pp. 17–20. Uma compilação desses dados encontra-se nas tabelas VIII.19 a VIII.23 de Barros, "Problema siderúrgico", pp. 228–32.

foram responsáveis, entre 1909 e 1913, por 84% da produção mundial de ferro-gusa e por 81% da de aço. Entre 1920 e 1938, produziram 73% do ferro-gusa mundial e 74% do aço. Possuíam também produções expressivas a Rússia antes da Primeira Guerra, a Bélgica e Luxemburgo. A U.R.S.S., sob os impactos da guerra e da revolução, só retomaria sua posição gradualmente ao longo da década de 1920, assumindo porém um lugar entre os grandes produtores na década seguinte. O Japão, também gradualmente ao longo das décadas de 1920 e 1930, atingiu uma produção expressiva, rivalizando com a Bélgica e Luxemburgo após os anos da Depressão. Esses oito países controlaram, entre 1920 e 1938, pouco menos de 90% da produção siderúrgica mundial, tanto da de ferro-gusa, como da de aço.

Não possuímos, infelizmente, dados sistemáticos do comércio internacional de minério de ferro. Mas os dados de produção, e alguns dados esparsos de importação, devem ser suficientes para montarmos um quadro adequado do mercado internacional de minério de ferro naquele período, nos pontos que nos importam.

Considerado o período entreguerras, havia substanciais diferenças entre os grandes países produtores no que dizia respeito às suas capacidades de abastecimento de minério de ferro para suprir suas produções. Uma primeira aproximação poder ser obtida a partir da figura 1, que nos apresenta uma estimativa para as necessidades externas de minério de ferro dos quatro maiores produtores siderúrgicos mundiais. Apesar das limitações dessa estimativa, o gráfico nos mostra algumas das características centrais do mercado internacional de minério. Os EUA, embora fossem o maior produtor siderúrgico mundial com folga, produziam internamente minério de ferro o bastante para dar conta de muito das suas necessidades. A França era um claro exportador de minério, produzindo quantidades maiores do que as que consumia. A Inglaterra, por sua vez, dependia em boa medida de minério importado, bem como, em ainda maior grau, a Alemanha.

Do lado da oferta, a França era, de fato, um dos grandes exportadores mundiais de minério. Ao lado de outros importantes como a Suécia, a Espanha, o Norte da África (Argélia, Tunísia, Marrocos), o Chile entre outros.[41] No entanto, interessa-nos mais, dado que o Brasil colocava-se como um

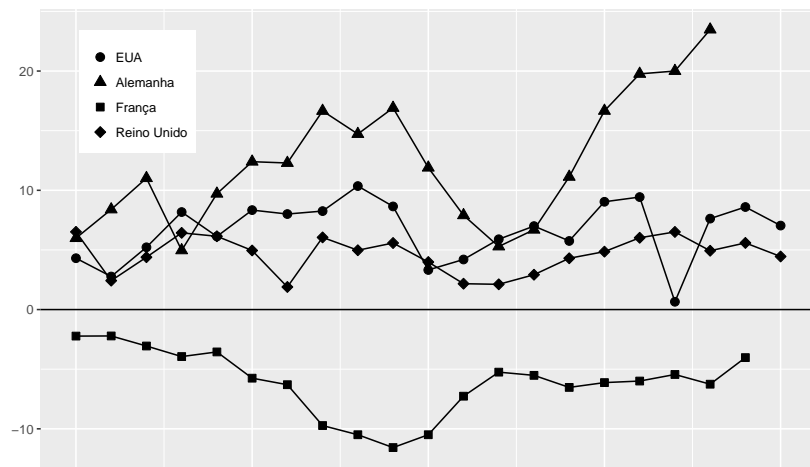
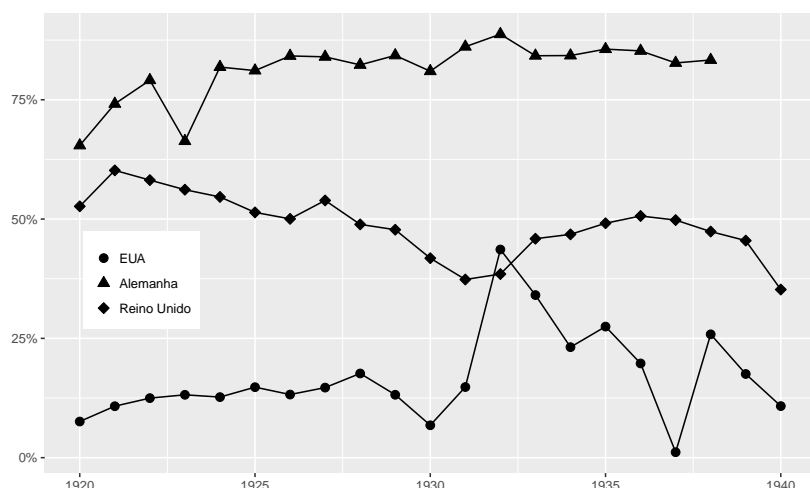
[41] Para dados de produção de minério de ferro dos principais países produtores, veja Barros, "Problema siderúrgico", pp. 231–32.

(a) Deficit de minério de ferro (milhões de toneladas, teor de 66%)

(b) Deficit de minério de ferro / produção de ferro-gusa (países deficitários)

Figura 1: Necessidades externas de minério de ferro, principais produtores siderúrgicos, 1920–1940.

Fonte: Estimado a partir dos dados de *Statistical Year-book of the League of Nations*.
Nota: O deficit de minério de ferro foi estimado como a diferença entre a produção de ferro-gusa e ferro-liga e o conteúdo metálico da produção de minério de ferro por cada país, posteriormente normalizada para o equivalente em minério de ferro de teor de 66%. A razão entre o deficit de minério e a produção de ferro-gusa e ferro-liga considera igualmente o conteúdo metálico. Essas estimativas são uma primeira aproximação ao problema, pois elas não consideram perdas produtivas, variações de estoques, nem o uso de sucata.

Tabela 1: Produção e importação de minério de ferro pelos EUA, 1924–1937

	produção (mil t)	importação (mil t)	importação / consumo aparente (%)
1924	55 138	2 100	3,7
1925	62 901	2 200	3,4
1926	68 708	2 600	3,6
1927	62 732	2 600	4,0
1928	63 195	2 500	3,8
1929	74 200	3 100	4,0
1930	59 346	2 800	4,5
1935	31 030	1 516	4,7
1936	49 398	2 268	4,4
1937	72 808	2 481	3,3

Fontes: Para dados de produção, *Statistical Year-book of the League of Nations*, tendo sido a produção de 1937 estimada a partir do conteúdo metálico; e, para dados de importação, "Revisão do contracto da Itabira Iron", p. 51; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 19.
Notas: Rigorosamente, o coeficiente de importação deveria ser calculado com base no conteúdo metálico, para tornar as quantidades comparáveis. No caso, porém, a distorção não é excessiva. Em 1936, por exemplo, o teor médio do minério norte-americano foi de 54% enquanto o do chileno foi de 60%.

potencial exportador, examinar o lado da demanda no mercado internacional de minério de ferro.[42]

Os EUA, de fato, abasteciam-se principalmente pela própria produção, mas constituíam ainda assim um mercado importante para o minério de ferro, de em torno de 2,5 milhões t/ano em tempos normais, o que correspondia a aproximadamente 4% de suas necessidades, como podemos ver na tabela 1.

As importações de minério norte-americanas eram supridas sobretudo pelo Chile e por Cuba, onde a *Bethlehem Steel* possuía algumas minas.[43] Em 1936,

[42]Uma interessante avaliação das possibilidades de mercado para o minério de ferro brasileiro feita pela *Itabira Iron* encontra-se em, "Itabira", Histórico da companhia Itabira Iron e parecer sobre a validade do seu contrato com o governo, [23 de mai. de 1935], AN – SC, caixa 2, pacote 4, doc. 11; veja também, "Exportação de minerio", [ca. 1931–1932], AN – SC, caixa 3, pacote 5, doc. 12.

[43]"Revisão do contracto da Itabira Iron", p. 51.

por exemplo, 59% das importações norte-americanas foram atendidas por esses dois países, figurando ainda na lista de fornecedores a Suécia, o Canadá, o Norte da África, a U.R.S.S., a Espanha entre outros.[44]

Situação similar, presumivelmente ainda mais acentuada, dava-se com a U.R.S.S. que, embora fosse um produtor siderúrgico de importância não possuía expressão equivalente no comércio internacional de minério dada a sua capacidade para o autoabastecimento desse insumo, bem como o seu relativo isolamento econômico.

A Bélgica, apesar do volume intermediário de produção siderúrgica, era um mercado importante para o minério de ferro, pois sua produção doméstica desse insumo era praticamente ausente. Essa importação era, contudo, quase integralmente suprida pela França. Luxemburgo possuía jazidas de minério e as explorava, sendo capaz de atender com isso boa parte de sua produção siderúrgica. A *Société Minière des Terres Rouges*, acionista da siderúrgica belgo-luxemburguesa ARBED, que será alvo de nossas atenções adiante, possuía grandes jazidas de minério de ferro na França. Em 1937 e 1938, por exemplo, a união alfandegária Bélgica-Luxemburgo importou respectivamente 12,4 milhões t e 9,4 milhões t de minério de ferro, sendo 92% desse volume atendido pelo vizinho francês. Nesses anos forneceram também a esses países, a Suécia e, em menores proporções, a Noruega e a Argélia.[45]

A Inglaterra era simultaneamente um grande produtor siderúrgico e um grande importador de minério de ferro, ainda que produzisse uma parcela substantiva, grosso modo a metade, do minério de que necessitava.[46] O que é evidenciado pelas tabelas 2 e 3, que apresentam os dados de que dispomos sobre a produção e as importações inglesas de minério.

Observamos ainda na tabela 3 que a Inglaterra tinha como principais fornecedores a Espanha, o Norte da África (Tunísia, Argélia) e a Suécia, bem como, em menores proporções, a França e a Noruega, entre outros. Durante a Guerra Civil Espanhola, a exportação de certas regiões produtoras ficou impedida, tendo então a sua demanda se deslocado em boa parte para o Norte da África.

[44]Edmundo de Macedo Soares e Silva, "Relatorio [ao Ministério da Viação e Obras Públicas] sobre: a) Exportação de minérios de ferro; b) Organização de uma nova usina siderúrgica", 10 de jul. de 1939, Rio de Janeiro, CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 19; também disponível em CPDOC – GV confid 1939.07.10.

[45]CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 16.

[46]CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 7–10.

Tabela 2: Produção e importação de minério de ferro pela Inglaterra, 1923, 1934–1937

			conteúdo metálico		
	produção (mil t)	importação (mil t)	produção (mil t)	importação (mil t)	$\frac{\text{importação}}{\text{consumo aparente}}$ (%)
1923	11 050	5 700	3 315	2 878	46
1934	10 757	5 171	3 227	2 830	47
1935	11 070	5 475	3 321	3 066	48
1936	12 900	6 056	3 872	3 391	47
1937	14 436	7 151	4 333	4 005	48

Fontes: Calculado ou estimado a partir de *Statistical Year-book of the League of Nations*, para dados de produção e conteúdo metálico; e, para dados de importação, "Revisão do contracto da Itabira Iron", p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 7, 9.

Tabela 3: Origem das importações inglesas de minério de ferro, 1923, 1934–1935 (participação, %)

	1923	1934	1935
Espanha	41,8	20,0	18,5
Norte da África	31,6	41,2	40,0
Suécia	12,6	13,3	15,7
França	4,8	–	–
Noruega	9,2	9,7	9,1
Outros países	–	15,7	16,7

Fontes: Estimado a partir de dados disponíveis em "Revisão do contracto da Itabira Iron", p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, p. 9; *Statistical Year-book of the League of Nations*.
Nota: Participações estimadas para o conteúdo metálico das importações.

Tabela 4: Produção e importação de minério de ferro pela Alemanha, 1923, 1935–1937

	produção (mil t)	importação (mil t)	conteúdo metálico produção (mil t)	conteúdo metálico importação (mil t)	conteúdo metálico importação/consumo aparente (%)
1923	5 014	10 800	1 664	5 551	77
1935	5 852	14 060	1 849	6 752	79
1936	6 384	18 469	2 259	8 870	80
1937	8 361	20 620	2 759	9 902	78

Fontes: Calculado ou estimado a partir de *Statistical Year-book of the League of Nations*, para dados de produção e conteúdo metálico; e, para dados de importação, "Revisão do contracto da Itabira Iron", p. 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 11–12; Vereinigte Stahlwerke, "Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien", 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.

Tabela 5: Origem das importações alemãs de minério de ferro, 1923, 1936 (participação, %)

	1923	1936
Suécia	54,7	56,8
França	13,1	23,7
Espanha (+ Marrocos Espanhol)	11,3	5,9
Noruega	5,9	3,9
Argélia	–	3,2
Norte da África	6,4	–
Luxemburgo	4,4	1,9
América Central e do Norte	4,3	–
Outros países	–	4,5

Fontes: Estimado a partir de dados disponíveis em "Revisão do contracto da Itabira Iron", p. 53; Vereinigte Stahlwerke, "Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien", 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.
Nota: A categoria "Outros países" para o ano de 1936 compreende os seguintes: Tunísia, Marroco Francês, Grécia, Áustria, Suíça, Terra Nova, Brasil, Austrália, África ocidental britânica e outros.

A tabela 4 nos mostra que a Alemanha, por sua vez, era aquele dos grandes produtores siderúrgicos mais dependente da oferta externa de minério de ferro e era, de fato, o maior importador mundial. Notamos ainda na tabela 5 que a Suécia era seu principal fornecedor, sendo responsável por mais da metade das necessidades alemãs de minério de ferro. A França e a Espanha também forneciam à Alemanha montantes relevantes, além de, em menor escala, a Noruega, a Argélia, Luxemburgo entre outros.

Como vemos, a Alemanha dependia de importações para suprir pouco menos de 80% do conteúdo metálico necessário à sua produção siderúrgica. A fragilidade de sua posição tornava-se ainda mais evidente quando, durante a Guerra Civil Espanhola, sua demanda deslocou-se sobretudo para a França.

Mesmo antes da Primeira Guerra, a Alemanha já dependia de importações para suprir de minério de ferro a sua siderurgia.[47] E a França já era uma exportadora de minério. No entanto, o impacto do Tratado de Versalhes sobre a siderurgia alemã foi verdadeiramente arrasador, em função da redistribuição de recursos relevantes a esse setor decorrentes do retorno da Alsácia e da Lorena à França bem como, até o início de 1935, da administração do Sarre pela Liga das Nações. O território de que ficou privada a Alemanha pelo Tratado, havia sido responsável, no período imediatamente anterior à Primeira Guerra, por 74% da produção de minério de ferro, 34% da produção de ferro-gusa e 38% da produção de aço alemãs, como observamos na tabela 6.

Está fora de questão aqui discutirmos os méritos das pretensões de qualquer dos dois países sobre a região. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer a importância desse remanejamento de recursos do setor siderúrgico na economia do Tratado de Versalhes, e na geopolítica do período entreguerras. Em que pesem as disputas históricas em torno da região, esse resultado não era mero subproduto de um remanejamento de territórios. Essa transferência era, concretamente, um elemento estratégico importante, ao lado de outros, para aquelas dentre as potências vitoriosas que, sob a liderança da França, queriam ver uma Alemanha enfraquecida e sob controle após a Guerra.[48] Tendo em vista o grau de dependência externa da Alemanha para o seu suprimento de minério de ferro, bem como o perfil de seus principais fornecedores, tratava-se de um instrumento de peso.

Anos mais tarde, a invasão da Noruega e da Dinamarca no início da Segunda Guerra Mundial teve como relevante motivação, entre outros objetivos

[47]Para alguns dados sobre a importação de minério de ferro pela Alemanha nesse período e sua origem veja C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, p. 82.

[48]Boemeke, Feldman e Glaser, *The Treaty of Versailles*, pp. 92–93.

Tabela 6: Impacto do Tratado de Versalhes

produção de (mil t)	Alemanha pré-Guerra	Alemanha pós-Versalhes	Alemanha Δ (%)	França pré-Guerra	França pós-Versalhes	França Δ (%)
minério de ferro	24 357	6 418	−74	16 842	31 456	87
ferro-gusa	13 977	9 240	−34	4 446	7 334	65
aço	19 680	12 236	−38	4 687	6 973	49

Fonte: *Statistical Year-book of the League of Nations*.
Nota: A comparação não é entre as produções antes da Guerra e depois da Guerra para cada país, mas entre as produções ocorridas antes da Guerra nos territórios então prevalecentes, frente às realizadas nos territórios que viriam a ser acertados em Versalhes, também antes da Guerra. As produções de minério de ferro e de ferro-gusa são as médias dos anos 1909 e 1913 e a produção de aço é a do ano de 1913.

Tabela 7: Dimensão e composição da demanda internacional por minério de ferro, 1923, 1936

	minério de ferro				conteúdo metálico			
	importação (mil t)		teor metálico (%)		importação (mil t)		participação (%)	
	1923	1936	1923	1936	1923	1936	1923	1936
EUA	2 100	2 268	57	57	1 200	1 296	10,2	7,8
Inglaterra	5 700	6 056	50	56	2 878	3 391	24,4	20,3
Alemanha	10 800	18 469	51	48	5 551	8 870	47,1	53,1
Bélgica	6 215	10 299	35	31	2 148	3 161	18,2	18,9
Total					11 778	16 718		
Equivalente em minério de 66%					17 845	25 330		

Fontes: Estimado a partir dos dados subjacentes às tabelas 1 a 5, em particular *Statistical Year-book of the League of Nations*; "Revisão do contracto da Itabira Iron", pp. 51, 53; CPDOC – EMS pi Soares, E. 1939.07.10, pp. 7, 9, 19; Vereinigte Stahlwerke, "Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien", 25/03/1937, BArch, R 901/115330, p. 1.
Notas: As cifras para os EUA não são referentes a 1923, mas a 1924. Na ausência de dados para a importação da Bélgica, foi assumido que ela importava o conteúdo metálico em montante igual à sua produção de ferro-gusa com o teor do minério francês produzido no respectivo ano.

estratégicos, assegurar os canais de exportação do minério de ferro sueco para a Alemanha.[49] Tampouco está longe de ser apenas simbólica a circunstância de que, na esteira da Segunda Guerra, os esforços de unificação europeia tenham sido assentados sobre a pedra fundamental da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de 1951.[50]

Em todo caso, essa configuração que acabamos de caracterizar presidiu a estrutura do mercado mundial de minério de ferro durante todo o período aqui em consideração, durante o qual se discutiu o problema siderúrgico brasileiro em geral, e o caso Itabira em particular. De fato, ainda na segunda metade da década de 1930, esse era o fato singular de maior importância a pautar a atuação do maior mercado importador de minério de ferro. Em 1937, por exemplo, a *Vereinigte Stahlwerke* iniciava um memorial sobre o fornecimento de minério de ferro à Alemanha pelo Brasil da seguinte maneira:

> O abastecimento de minério de ferro da Alemanha sabidamente precisou, pela perda da área de *Minette* como consequência do Ditado de Versalhes, ser completamente rearranjada. A indústria siderúrgica alemã foi forçada, ainda mais do que antes da Guerra, a acomodar-se muito especialmente à importação do minério sueco, que correntemente corresponde a mais de 50% do provimento externo de minério em toneladas de ferro metálico.[51]

Por fim, dadas as caracterizações dos principais importadores, uma visão geral da demanda internacional por minério de ferro pode ser obtida na tabela 7. Globalmente, o mercado internacional de minério de ferro possuía a dimensão estimada de 17,8 milhões t/ano em 1923 e de 25,3 milhões t/ano em 1936, considerado um minério de ferro de teor metálico equivalente ao brasileiro, de em torno de 66%.[52] Digamos 20 milhões t/ano em meados da década de 1920 e 30 milhões t/ano em meados da década de 1930, neste grau de precisão não há porque nos furtamos aos números redondos, e assim acomodamos um pouco também os importadores menores, que ficaram de

[49] Evans, *The Third Reich at War*, "The work of providence", § III; Weinberg, *A World at Arms*, pp. 119–20.

[50] Fontaine, *A new idea for Europe*, pp. 10–22.

[51] Rohstoffbetriebe der Vereinigten Stahlwerke G.m.b.H., "Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien", [Memorial sobre o fornecimento de minério de ferro do Brasil], 25 de mar. de 1937, Dortmund, BArch, R 901/115330, p. 1.

[52] Nem tudo no mercado de minério de ferro se resume ao seu conteúdo metálico, existem importantes diferenças qualitativas entre os minérios, sobretudo no que diz respeito ao teor de fósforo, que determinam também as aplicações possíveis desses minérios. Vale dizer, não há substituição perfeita entre os minérios. Destaco aqui, contudo, o elemento central do problema.

fora da estimativa. A Alemanha era responsável por em torno de metade dessa demanda, a Inglaterra por pouco mais de um quinto, a Bélgica por pouco menos de um quinto e os EUA por em torno de um décimo. Considerando, ainda, que a Bélgica e os EUA possuíam fornecedores em boa medida cativos, não era difícil a qualquer conhecedor do mercado prever para onde se dirigiria o minério de um projeto de exportação em larga escala. Os analistas brasileiros não eram exceção. A própria Comissão dos Onze, organizada durante o Governo Provisório para revisar o contrato Itabira não exitava em apontá-lo: "Concluímos, assim que o mercado mundial importador de minério de ferro verdadeiramente se acha concentrado na Inglaterra e na Alemanha."[53] Ao que acrescento: especialmente na Alemanha. Os mercados, e sobretudo certos mercados, por vezes são muito menos impessoais do que à primeira vista possa parecer.

Ademais, se a Alemanha era o destino presumível e presumido da pretendida exportação de minério brasileiro, também o Brasil era um fornecedor potencial singular do ponto de vista da Alemanha. No mesmo memorial da *Vereinigte Stahlwerke* citado acima, depois de percorrer as alternativas à disposição, a empresa assim se referia à importância do minério brasileiro para a Alemanha:

> Agora como antes, permanece a Suécia o nosso principal fornecedor de minério, e as mineradoras suecas estão muito conscientes dessa posição de poder, ainda que não se possa dizer que eles, até o momento, tenham-na usado de forma desleal. Ainda assim a nossa posição é fraca. [...]
>
> Não se deve afastar que essas duas fontes de abastecimento [a Suécia e a Espanha] fluam de forma verdadeiramente não confiável e também insuficiente nas atuais relações políticas. Sabidamente o governo nacional espanhol só pode entregar uma parte do minério da Espanha. A maior parte das reservas espanholas (Bilbao) situa-se ainda na Área Vermelha. Mas mesmo prevendo-se que as relações na Espanha em breve voltem ao normal, a Alemanha terá em todo caso que dividir as reservas espanholas com outros países. Também a Espanha tem menos interesse na exportação de minério que na de alguns de seus produtos agrários.
>
> O contorno do intercurso comercial com a França, especialmente o fornecimento de minério de ferro por esse país, continuará por tempo indeterminado fortemente gravado pela dimensão política; as necessidades de *Minette* do Sarre terão além disso prioridade sobre as outras necessidades de fornecimento.

[53] "Revisão do contracto da Itabira Iron", p. 52.

> Possibilidades de fornecimento de minério de qualidade por países do império britânico, que só podem ser pagos em divisas, permanecerão sempre inseguras e são, sobretudo no que diz respeito à quantidade, não muito significativas.
>
> Por todos esses motivos particulares, e em geral tendo em vista a elevada e crescente necessidade de minério de ferro no mundo todo, com a progressiva escassez de minérios de alto teor e a tendência de crescimento contínuo do mercado de minério, parece uma obrigação imperiosa providenciar uma nova fonte de minério de suficiente capacidade para a Alemanha, que nos assegure no futuro uma posição mais forte e que preencha algumas lacunas em termos de quantidade e qualidade nas possibilidades correntes de suprimento. Para isso entra em consideração apenas um país, com o qual nós temos um intercâmbio comercial suficientemente grande, de forma que um abastecimento seguro e regular possa ser garantido.
>
> Na tentativa de nos tornarmos independentes do suprimento estrangeiro de minério pela aquisição e exploração de reservas de minério estrangeiras de primeira classe, desde antes da Guerra procuramos criar uma base de minério ampla. Para uma tal base, pelo tamanho, pela qualidade, pela situação geográfica e pela neutralidade política, entrou em consideração em primeiro lugar o Brasil. Por isso, já desde 1910, conjuntamente com a *Hoesch-KölnNeuessen A.G.*, nós executamos estudos durante muitos anos, que conduziram por fim a aquisições de jazidas apropriadas.[54]

* * *

Era esse, portanto, o cenário internacional no qual o projeto Itabira pretendia se lançar. Mas – é importante que tenhamos um senso de proporção – qual era o tamanho do projeto Itabira? Qual a sua capacidade de exportação planejada? E a potencial? Havia duas espécies de limites incidindo sobre a capacidade de exportação da companhia: a capacidade de transporte da linha férrea e limitações legais ou contratuais.

Do ponto de vista do transporte, a EFVM teve três projetos ao longo do período: o projeto de eletrificação e melhorias feito por Emilio Schnoor de 1909,[55] o traçado Gillman projetado em 1911–1913, e o traçado Russell projetado em 1929–1930. Sobre a capacidade técnica de transporte do projeto de Schnoor temos pouca informação. Conhecemos porém o acerto contratual entre o *Brazilian Hematite Syndicate* e a EFVM para o transporte de 3 milhões

[54] Vereinigte Stahlwerke, "Denkschrift betr. Eisenerzversorgung aus Brasilien", 25/03/1937, BArch, R 901/115330, pp. 2–3.

[55] CTEF, *Grande siderurgia e exportação de minério de ferro*, p. 206.

t/ano, cifra que também foi incorporada à concessão obtida junto ao governo federal e que podemos assumir como um limite contratual naquele momento.

Sob o comando de Ernst Cassel, a *Itabira Iron Ore Co.*, trouxe o construtor de ferrovias Gustave Gillman e um engenheiro suíço especializado em eletrificação ferroviária para preparar novos projetos. Foi proposto então um novo traçado para a ferrovia, partindo não mais de Vitória, mas do porto de Santa Cruz, 56 km ao norte da capital capixaba, em condições técnicas bastante aprimoradas, que previam o transporte de até 10.000.000 t/ano.[56]

Já ao final da década de 1920, após uma nova assinatura de contratos com Minas Gerais e o governo federal, Percival Farquhar partiu então à procura dos recursos para a execução do empreendimento. Seu principal agente financeiro em Nova Iorque, Clarence Dillon, exigiu porém a realização de novos levantamentos técnicos detalhados, incluindo orçamento das linhas férreas e do porto e de outros equipamentos de mineração, bem como perfurações para melhor avaliar a capacidade das jazidas de Itabira.[57] Diante dessa exigência, Farquhar contratou nos Estados Unidos o engenheiro Thomas O. Russell para a realização de novos planos e orçamentos.[58] Um novo traçado para a linha férrea foi projetado, em condições ainda melhores que aquelas do projeto Gillman, e que permitiriam o transporte de até 15.000.000 t/ano. Farquhar enforcava-se, pois, em seu próprio entusiasmo.

Do ponto de vista legal e contratual, na década de 1920, o elemento chave era a lei mineira 750/19, que estabelecia uma proporção entre a produção da usina siderúrgica do pretendente a exportador e o volume de exportação que lhe era facultado fazer. Nos termos da lei, seria concedida a redução do imposto de exportação às empresas "desde que estabeleçam no território mineiro usinas

[56]"O novo traçado tinha magníficas condições técnicas, pois admitia a rampa máxima de 0,8% no sentido da importação e a de 0,5% no sentido da exportação. O raio mínimo das curvas era de 152,90m." (Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, p. 61). Veja também Gauld, *The last titan*, pp. 362–64. Dermeval Pimenta nos dá a capacidade da linha no traçado Gillman como sendo de 6 milhões t/ano. Clodomiro de Oliveira, por outro lado, informa a cifra de 10 milhões t/ano (C. Oliveira, "Problema Siderurgico", p. 118; C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, p. 213). Parece-me que o segundo está com a razão. Raul Ribeiro da Silva, que foi assistente de Gillman durante o projeto, transcreveu em sua conferência de 1922 um trecho do próprio Gillman sobre a EFVM onde ele estima custos operacionais para transporte de até 10 milhões t (Ribeiro da Silva, "Problema da siderurgia no Brasil", p. 104).

[57]Gauld, *The last titan*, pp. 288–89; Wirth, *Politics of Brazilian development*, pp. 77–79.

[58]Gauld, *The last titan*, p. 289; Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, p. 66. A equipe de Russell contava com nada menos que 27 engenheiros norte-americanos e participavam dela mais uma centena de brasileiros.

que transformem em ferro e aço pelo menos 5% do minério a ser exportado".[59] Isso poderia ser interpretado como permitindo a exportação de 20 vezes o volume do minério transformado, era porém tipicamente interpretado pelas autoridades mineiras como um fator de 19 vezes. Em todo caso, essa relação não se dava diretamente entre a produção da usina e o volume exportado, mas entre os volumes de minério transformado e exportado. Tomemos a estimativa do próprio Clodomiro de Oliveira a respeito.[60] Uma usina que se propusesse a produzir 150 mil t/ano de produtos de ferro e aço precisaria produzir 168 mil t/ano de ferro-gusa. Supondo-se que a produção de uma tonelada de gusa exija 1,5 t de minério de ferro – vale dizer, supondo um teor metálico do minério de 66%, ou um pouco mais e algumas perdas operacionais – essa produção necessitaria de 252 mil t/ano de minério. Tomando o fator de 19 vezes, esse volume permitiria à empresa a exportação de em torno de 4,8 milhões t/ano de minério. Ora, como vimos, era justamente uma usina de pelo menos 150 mil t/ano que estava em consideração nas negociações entre a *Itabira* e o governo mineiro ao longo de 1920. Quando foi projetado o traçado Russell, no final da década de 1920, foi também planejada uma nova usina, de capacidade correspondentemente maior, de 240 mil t/ano.[61] Por cálculo análogo, tal usina permitiria a exportação de em torno de 7,7 milhões t/ano de minério de ferro.

Ademais, a partir de 1931, as revisões contratuais da companhia com o governo federal propunham que a usina deixasse de ser obrigatória, eliminando assim o vínculo entre a exportação e a produção siderúrgica.[62] A legislação mineira continuou a vigorar, e um novo acordo entre a *Itabira* e Minas Gerais não chegou a ser formalizado. Contudo, a documentação disponível aponta para negociações com Minas em termos alinhados àqueles que vinham sendo tratados no âmbito federal.[63] Vale dizer, com a usina facultativa e a exportação

---

[59] Lei n. 750, 23/09/1919, MG, em *Leg. MG*, 1919, p. 49.

[60] C. Oliveira, "Problema Siderurgico", p. 115; veja também C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 75–76.

[61] Vereinigte Stahlwerke ao Reichswirtschaftsministerium z. Hd. des Herrn Ministerialdirigenten Dr. Heintze, "Betrifft: Itabira-Projekt Brasilien", 29 de jan. de 1930, Dortmund, BArch, R 3101/18922, p. 2; também em BArch, R 2/16604. Edmundo de Macedo Soares e Silva, porém, informa a capacidade da usina planejada como sendo de 220 mil t/ano (Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, pp. 76–77).

[62] Barros, "Discurso e contexto".

[63] "Projecto de revisão do contracto com o Estado de Minas Geraes. Termo de revisão dos contractos com a 'The Itabira Iron Ore Company, Limited'", 27 de mai. de 1935, AN – SC, caixa 1, pacote 10, doc. 10. Quanto ao imposto de exportação, esse "projeto de revisão do

de minério desvinculada dos volumes de produção siderúrgica. Em outras palavras, o contorno das negociações ao longo da década de 1930 tornava a capacidade técnica de transporte da ferrovia o único limite efetivo ao potencial de exportação da *Itabira*.

A conclusão é que o projeto Itabira tinha dimensões que giravam entre um quarto do mercado internacional de minério de ferro inteiro – para os limites legais ou contratuais que vigoraram ao longo da década de 1920, mas que mesmo àquela altura eram expansíveis a médio prazo pela ampliação da produção siderúrgica – e a metade do mercado – para os limites técnicos de transporte da linha férrea, que eram a única restrição concreta aos volumes de exportação na década de 1930.

Além disso, tudo indica que o minério da *Itabira* teria condições de chegar ao mercado europeu a preços competitivos. Por exemplo, os preços negociados por Farquhar com a indústria siderúrgica alemã em 1929 para contratos de fornecimento de 26,5 milhões t ao longo de 15 anos, com opção para 10 milhões t adicionais, eram, do ponto de vista dos industriais alemães, levemente vantajosos se comparados aos contratos recentes que haviam sido firmados para o fornecimento de minério da Suécia.[64] As autoridades no Ministério de Finanças alemão, por sua vez, consideravam que: "As possibilidades de ganho da indústria alemã no fornecimento de minério de ferro pela *Itabira Corporation* são previsivelmente muito grandes."[65]

Em suma, o impacto do projeto sobre o mercado internacional de minério seria potencialmente enorme. O corolário é que o projeto Itabira ameaçava, por consequência, anular ou reduzir substancialmente em seus efeitos um importante instrumento de jugo sobre a Alemanha à disposição das potências vitoriosas interessadas em enfraquecê-la, o controle sobre o suprimento de minério de ferro.

Diante desse cenário, analisar os eventos considerando-se um "interesse estrangeiro" uniforme e indiferenciado está fadado a gerar distorções interpretativas assim como um número de questões não resolvidas, ou mal resolvidas,

---

contrato" previa um imposto *ad valorem*, mas cuja alíquota foi deixada em branco, pois certamente seria um objeto central das negociações.

[64] Vereinigte Stahlwerke ao RWM, "Itabira-Projekt Brasilien", 29/01/1930, BArch, R 3101/18922, pp. 9–10.

[65] [Reichsfinanzministerium], "Vermerk betreffend Übernahme einer Reichsgarantie in Höhe von rd. 15 000 000 RM für Liefergeschäfte der Vereinigten Stahlwerke A.G. an die Itabira Corporation in Brasilien", fev. de 1930, BArch, R 2/16604, p. 6.

na historiografia. Duas dessas questões serão tratadas na próxima seção à luz das considerações que viemos de tecer.

Desdobramentos internos das cisões externas

Em meados do ano de 1920, as perspectivas da *Itabira Iron* eram bastante promissoras. Como vimos, o contrato com o governo federal havia sido assinado em maio. É verdade que este condicionava o acerto a um outro contrato a assinar com o estado de Minas Gerais, mas as negociações seguiram em andamento ao longo dos meses seguintes e, de fato, em setembro o Congresso Mineiro deu autorização ao executivo para contratar com a empresa, nos termos da lei 750/19.[66] Em seguida a essa aprovação, o governo de Minas organizou novas "bases gerais", uma verdadeira minuta, para um contrato com a companhia.[67] O principal óbice naquele momento vinha do Tribunal de Contas, que havia negado o registro ao contrato.[68] Mas, diante dos sinais positivos emitidos por Minas em setembro, o ministro da Viação, Pires do Rio, reenviou o contrato ao Tribunal de Contas e Epitácio Pessoa, diante de nova recusa, mandou executá-lo, forçando o registro sob protesto do Tribunal.[69]

Essa situação favorável à *Itabira* sofreria uma brusca e completa reversão entre o final de 1920 e o início de 1921 por motivos que exploraremos oportunamente mas que, podemos adiantar, estiveram relacionados à constituição da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, o que introduziria novos contornos às negociações então em andamento. O mês de setembro de 1920 pode ser

[66]Lei n. 793, 22 de set. de 1920, Estado de Minas Geraes, "Auctoriza o Presidente do Estado a [...] contractar com a Itabira Iron Company Limited [...]", em *Leg. MG*, 1920, pp. 45–46. Sobre as negociações entre a *Itabira* e Minas ao longo de 1920, veja C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*; Barros, "Problema siderúrgico", pp. 106–15.

[67]"Bases Geraes para o contrato com a Itabira Iron Ore Company Limited", [1920], em C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 188–95. De fato, tratavam-se das segundas "bases gerais" formuladas pelo governo do estado durante as negociações com a companhia naquele ano. As primeiras datavam de fevereiro de 1920 (C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 105–10).

[68]Tribunal de Contas, "Acta da 55ª sessão ordinaria", 20 de jun. de 1921, em Ribeiro da Silva, "Problema da siderurgia no Brasil", pp. CII–CXXIV; também em *DO*, 29/06/1920, pp. 11095–99, 11102–3; Pessoa, *Pela verdade*, pp. 328–33; Gauld, *The last titan*, p. 285.

[69]"Parecer da Comissão de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados", 30 de nov. de 1921, em Ribeiro da Silva, "Problema da siderurgia no Brasil", pp. XCI–CI, esp. pp. XCIII–XCIV; Pessoa, *Pela verdade*, p. 326; Martins, *Pouvoir et développement économique*, p. 174. Pires do Rio enviou o contrato ao Tribunal de Contas para reconsideração apenas três dias após a promulgação da Lei 793/20 por Minas Gerais.

tomado como um marco simbólico dessa reviravolta. De um lado, entre o final de setembro e o começo de outubro, o rei Alberto I da Bélgica fez uma visita oficial ao Brasil a convite de Epitácio Pessoa e esteve também em Minas Gerais, onde o presidente do Estado, Arthur Bernardes, procurou interessá-lo na possibilidade de investir ali capital belga, particularmente no setor siderúrgico. A tais entendimentos seguiu-se a associação entre a Companhia Siderúrgica Mineira e a siderúrgica belgo-luxemburguesa *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (ARBED) no ano seguinte, com a criação da Belgo-Mineira, que viria a se tornar a mais importante empresa siderúrgica do país na década seguinte.[70]

De outro lado, também no final de setembro de 1920, Emile Mayrisch e Gaston Barbanson, representantes da ARBED, criaram o *Syndicat du Brésil* tendo em vista estudar a possibilidade de uma instalação siderúrgica no país.[71] Um mês após a criação do Sindicato, foi enviada a Minas Gerais uma missão técnica, chefiada pelo engenheiro Jean Pierre Arendt. Um acordo de intenções para a construção de uma empresa siderúrgica em Minas foi assinado em fevereiro de 1921. A associação entre a ARBED e a Cia. Siderúrgica Mineira foi formalizada em dezembro de 1921, tendo resultado daí criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Além disso, Barbanson adquiriu a antiga propriedade de Monlevade, em S. Miguel de Piracicaba, bem como a jazida de Andrade próxima a ela.

Nas palavras de Cristiano Guimarães, então presidente da Companhia Siderúrgica Mineira, tratava-se de "associar um mosquito a um elefante". De fato, falar em "associação" aqui é incorrer em claro eufemismo. O capital original de 350 contos da Siderúrgica Mineira foi aumentado de 14.650 contos, subscrito pelo grupo presidido pela ARBED, representada pelo seu presidente Gaston Barbanson, integralizando 15.000 contos de capital. Todavia, Cristiano Guimarães permaneceu como presidente do conselho de administração da

---

[70] Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, pp. 110–12; Moyen, *História da Belgo-Mineira*, pp. 33–38; Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, pp. 189–90; Baer, *Brazilian steel industry*, p. 58. Sobre a associação, e para um histórico e uma descrição da ARBED à época, "umas das grandes do velho continente", além das referências anteriores, veja Santos, "Problema do trabalho na industrialização", pp. 178–88; Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, p. 62.

[71] ARBED, "Extrait du procès-verbal de la réunion du Conseil d'administration du lundi 27 septembre 1920", 27 de set. de 1920, AHUFJF – CT009–02, doc. 1; ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, pp. 82–84; Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 191. O *Syndicat du Brésil* era uma comissão constituída pela ARBED que incluía, além da própria: a *Société Métallurgique des Terres Rouges*, a *Sofina*, o *Banque de Bruxelles*, o *Banque Internationale à Luxembourg* e a *Ciments de Buda*.

nova companhia, passando o conselho e a diretoria a ser integrados por membros belgas e luxemburgueses, além de brasileiros.

Apesar da reconhecida importância desses eventos, a entrada da ARBED no Brasil continua a desafiar os historiadores. Sobretudo se considerarmos que não apenas a Belgo-Mineira foi singular em sua estratégia empresarial no país, como também a vinda da ARBED entrava em flagrante conflito com um argumento fartamente utilizado contra a *Itabira*, tanto no debate à época como posteriormente na historiografia, segundo o qual a *Itabira* não teria interesse em construir a siderurgia no Brasil pois seus interesses eram essencialmente alinhados aos dos grandes produtores siderúrgicos mundiais a quem não convinha a existência de um setor siderúrgico pujante no Brasil, pois eles perderiam esse mercado, de que eram os fornecedores. Ademais, houve enorme assimetria no tratamento dispensado pelos brasileiros à Belgo-Mineira, por um lado, e à *Itabira Iron*, por outro, ambas empresas estrangeiras.

De fato, as informações disponíveis sobre as motivações da empresa em instalar-se no Brasil para a produção siderúrgica são limitadas. E essa escassez reflete-se numa multiplicidade de interpretações, em certos casos algo conjecturais, na historiografia. A visita do rei belga e as negociações então encetadas são quase universalmente lembradas como um estímulo ou um catalisador dessa decisão, quando esta não é considerada um resultado direto daquelas. Isso poderia sugerir uma predominância de motivações políticas, no âmbito das relações entre os dois países em questão, para a vinda da empresa. Mas é evidente que a benevolência do rei Alberto em dar vazão às demandas brasileiras e a generosidade dos capitais europeus em acolhê-las não foram tomadas pelo seu valor de face, e foram postas em questão por diversos autores, que indagaram sobre os interesses da empresa, no plano econômico.

A própria empresa, em publicações de memória institucional, reconhece entre as motivações para a sua vinda que procurava, com isso, atuar em novos mercados em busca de oportunidades de escoamento dos produtos de suas usinas.[72] Werner Baer não diverge muito dessa tese ao afirmar que "[a] entrada de capital estrangeiro nos anos 1920 para construir a Belgo-Mineira só ocorreu por causa da crença no futuro industrial do Brasil."[73]

Outra circunstância que se conjuga a esta linha de interpretação é a entrada da ARBED também na Argentina, no mesmo ano de 1921. Nesse caso, a

[72] ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, pp. 82–83; Moyen, *História da Belgo-Mineira*, pp. 33, 45.

[73] Baer, *Brazilian steel industry*, p. 165.

associação foi feita com o grupo Tornquist em torno da *Talleres Metalúrgicos San Martín*, a TAMET, que se tornaria a principal empresa do setor no país.[74]

Carlos Manuel Peláez, por sua vez, quis ver na exportação de minério de ferro os motivos da empresa. Segundo ele, "o plano da ARBED era o de entrar no mercado de minérios brasileiros, pela compra dos depósitos da Companhia Siderúrgica Mineira".[75] William Stuart Callaghan também vai em direção similar, ainda que não idêntica, ao dar um peso significativo ao interesse no minério de ferro brasileiro no envolvimento do conglomerado com o país, como forma de assegurar reservas de minério de ferro no exterior.[76]

Galba di Mambro, combinando e avançando essas perspectivas, atribui a criação da Belgo-Mineira ao "expansionismo da Arbed", acicatado pelas riquezas naturais do Brasil e pelas potencialidades do mercado local.[77] Tanto Mambro quanto Callaghan passam em revista movimentações anteriores à visita do rei Alberto pela companhia, ou por interesses ligados ao grupo. Merece destaque aqui o relatório do prospector luxemburguês Charles Bettendorf, entregue a Emile Mayrisch em 1920, apontando para a magnitude e a riqueza das jazidas de minério de ferro do Brasil, e analisando oportunidades de investimento para a companhia.[78] Bettendorf é frequentemente lembrado na memória da própria empresa como um elemento importante para atrair a atenção de Mayrisch e, por extensão, também de Barbanson.[79] Mambro ressalta ainda, com

---

[74] ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, pp. 90–91; Rocchi, *Chimneys in the desert*, pp. 95, 120–21; Belini, *Historia de la industria en la Argentina*, pp. 141–42; Gilbert, "El grupo belga luxemburgués ARBED y la metalúrgica TAMET", pp. 3–4, 6; Galba di Mambro, "Capítulo nono: A constituição da Siderúrgica Belgo-Mineira", [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 24–25; Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 185.

[75] Peláez, *História da industrialização brasileira*, p. 147. João Manuel Cardoso de Mello acompanha Peláez nesse ponto (Mello, *O capitalismo tardio*, pp. 164–65).

[76] Callaghan, "Obstacles to Industrialization", pp. 285–87.

[77] Mambro, "A constituição da Siderúrgica Belgo-Mineira", [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 23–35.

[78] Callaghan, "Obstacles to Industrialization", p. 286; Galba di Mambro, "Capítulo oitavo: A Arbed e a criação da Belgo-Mineira", [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 2–4. Callaghan caracteriza Bettendorf como "um empresário e exportador de manganês luxemburguês que residia em Minas Gerais desde 1897" e "um agente da ARBED desde algum tempo".

[79] ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, pp. 82–83; Moyen, *História da Belgo-Mineira*, p. 34; "Die Arbed-Gruppe in Brasilien", jul. de 1980, AHUFJF – CT009–11, p. 3; Mambro, "A constituição da Siderúrgica Belgo-Mineira", [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 3–4. O próprio Barbanson atribuía a Mayrisch a iniciativa na criação do *Syndicat du Brésil* ("Réunion du 25 avril 1928 des administrateurs et commissaires de la Companhia Siderurgica Belgo-Mineira résidant en Europe", 25 de abr. de 1928, Bruxelles, AHUFJF – CT009–05).

razão, o fato do *Syndicat du Brésil* ter sido aprovado pelo Conselho da ARBED ainda durante a estada do soberano belga no Brasil, e mesmo antes da ida dele a Minas Gerais, demonstrando que as movimentações da ARBED *precedem* a visita do rei Alberto.[80] Assim, no seu entender, "a Arbed dirigiu-se ao Brasil por um movimento próprio, independente da viagem do rei Alberto I".[81] Ou, nos termos de Callaghan:

> Obviamente, portanto, a ARBED estava bem familiarizada com Minas Gerais e estava seriamente contemplando investir em suas reservas de minério de ferro antes do rei Alberto retornar do Brasil com o convite de Bernardes.[82]

A historiografia nos apresenta, portanto, uma caracterização ampla do interesse econômico da ARBED em investir no Brasil naquele momento. Caracterização esta que não destoa, aliás, de uma visão com longa tradição no país a respeito do capital estrangeiro, cujos interesses se resumiriam essencialmente a ocupar mercados para seus produtos e explorar matérias-primas requeridas para a sua produção. Note-se que esse mesmo conjunto de interesses podia ser, e tipicamente era, atribuído à *Itabira Iron*. Em particular, a circunstância de que as movimentações da ARBED antecederam a visita do rei demonstra claramente a existência de *algum* interesse por parte da empresa nessa dimensão. Seria, contudo, a existência desse interesse *suficiente* para explicar a vinda da ARBED ao Brasil? Minha opinião informada, que é o melhor que posso oferecer neste ponto, é a de que as informações levantadas pela historiografia, pelo menos até o momento, não nos permitem responder a essa questão de forma definitiva.

No entanto, mesmo admitida a existência desse interesse econômico, como sem dúvida é o caso de fazermos, resta muito a explicar. Em particular, *a forma de atuação* da empresa no Brasil certamente não corresponde a uma materialização desses interesses, nesses termos. Vale dizer, se os interesses da empresa se resumissem a isso, o seu comportamento seria de difícil compreensão. Decisões como o perfil produtivo da Belgo-Mineira, a localização da usina em Monlevade, a opção pelo emprego do carvão vegetal, bem como

[80] Mambro, "A Arbed e a criação da Belgo-Mineira", [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, pp. 23–34; AHUFJF – CT009–02, doc. 1. A estada do rei no Brasil estendeu-se de 19 de setembro a 16 de outubro de 1920. A sua chegada a Minas Gerais ocorreu no dia 2 de outubro. A aprovação para a criação do *Syndicat du Brésil* pelo conselho da ARBED se deu no dia 27 de setembro.

[81] Mambro, "A Arbed e a criação da Belgo-Mineira", [ca. 1984], AHUFJF – CT009–33, p. 3.

[82] Callaghan, "Obstacles to Industrialization", p. 286.

outros traços relevantes da atividade da empresa, como a sua abstenção em exportar minério e a sua sistemática oposição à *Itabira* não condizem com, quando não contradizem, esse conjunto de interesses econômicos da ARBED que viemos de examinar.

A associação com a TAMET na Argentina, embora significativa, deve ser examinada à luz das grandes diferenças da presença da ARBED lá e no Brasil. Na falta de carvão de pedra e de minério de ferro, o setor siderúrgico argentino centrava-se na laminação e na manufatura de produtos finais, em alguns casos empreendendo a produção de aço com base em sucata.[83] O que, naturalmente, tornava o setor um demandante de produtos intermediários do exterior. De fato, a associação com a TAMET foi desenhada para fomentar as vendas das usinas da ARBED no mercado argentino. Não apenas à ARBED foi reservada a preferência de fornecimento de produtos metalúrgicos nas fábricas da TAMET mas esta última também se engajava em assegurar a representação das vendas na Argentina dos produtos do seu sócio europeu.[84] O comportamento da parceria parece ter sido orientado para assegurar esse mercado:

> Apesar das novas instalações possuírem capacidade produtiva de vinte mil toneladas de aço, o controle da ARBED impediu o seu uso pleno. O consórcio barrou a TAMET de desenvolver a produção de aço. Depois que a TAMET comprou a Vasena, o empreendimento de produção de aço desta última parou, e este tipo de insumo da indústria metalúrgica era importado do grupo internacional. As instalações de produção de aço adquiridas da Vasena permaneceram ociosas até o colapso do consórcio com o início da Segunda Guerra Mundial.[85]

Inversamente, a Belgo-Mineira planejou desde os seus primórdios, e de fato implementou, a produção em usinas integradas – isto é, com as etapas de redução, refino e laminação localizadas numa mesma planta. É certo que a dotação de fatores local assim o permitia, mas não é que isso fosse um requisito para ingressar no mercado brasileiro. Ao contrário, Sabará foi a primeira usina integrada do Brasil. Monlevade a segunda.[86] Sem dúvida,

[83]Belini, *Historia de la industria en la Argentina*, pp. 141–42, 151–53; Rocchi, *Chimneys in the desert*, pp. 94, 108–9; Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 185.

[84]ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, p. 90.

[85]Rocchi, *Chimneys in the desert*, p. 121; veja também Belini, *Historia de la industria en la Argentina*, pp. 152–53.

[86]Rigorosamente, houve também o caso da Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira, criada em 1922 em Ribeirão Preto, mas que só operou de forma intermitente e já em 1925 havia

assim procedendo à empresa acorriam as vantagens de redução de custos associadas a essa boa prática produtiva. Mas disso também decorria que as possibilidades de escoamento dos produtos das usinas da matriz não só não seriam estimuladas, como seriam deslocadas pela produção da filial. A empresa tinha clareza da diferença:

> Nós vimos que a aquisição de interesses num negócio siderúrgico brasileiro: a "Companhia Siderurgica Belgo-Mineira", não tinha respondido, a não ser muito modestamente, à finalidade comercial visada pela ARBED, a saber: a extensão das possibilidades de escoamento dos produtos de suas usinas luxemburguesas e do Sarre.
>
> O negócio TAMET teve, desse ponto de vista, uma repercussão mais favorável. A média anual de vendas na Argentina, após a aquisição da participação nesta companhia, elevou-se a 41.000 toneladas de produtos diversos entre 1922 e 1930, a 52.500 toneladas entre 1931 e 1940, para recuar a 19.700 toneladas de 1946 a 1964.[87]

Note-se ainda que o Brasil e a Argentina parecem ter sido os únicos casos, excluídas representações comerciais, do expansionismo da ARBED para além das fronteiras da Europa continental no período.[88]

Em segundo lugar, a Belgo-Mineira é peculiar pela localização escolhida para a construção da sua usina: Monlevade. Enfatiza-se frequentemente as grandes reservas de minério e as vigorosas matas ali existentes para justificar a escolha. A reserva florestal do vale do Rio Doce era efetivamente farta, e sem dúvida, relativamente mais abundante do que a das zonas do Paraopeba e do das Velhas. Jazidas de minério adequadas, porém, certamente poderiam ser encontradas em outros lugares. Por outro lado, além dessas características, Monlevade destacava-se ainda por outro motivo, pela sua quase completa ausência de infraestrutura. Mais tarde, quando a usina foi efetivamente construída, foi necessário construir também a cidade para abrigar as pessoas que nela trabalhariam.[89] Ademais, o sítio não era atingido sequer por vias de transporte adequadas. O velho Jean Monlevade é também

interrompido as atividades. Contudo, no início da década de 1940, a Belgo-Mineira era ainda a única empresa do setor operando usinas integradas no Brasil (Barros, "O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940", p. 25, passim). A própria empresa se referia a Sabará como "a primeira usina integrada da América do Sul" (ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, p. 84).

[87] ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, p. 91, veja também p. 86.

[88] ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*.

[89] "Diferente das indústrias paulistas, na trajetória da Belgo-Mineira nenhuma dessas interpretações pode ser aplicada. A construção de toda a infra-estrutura urbana e assistencial, em

muitas vezes invocado como uma das experiências siderúrgicas mais bem sucedidas do Império, instalada naquele local. A esses não ocorre mencionar que Monlevade só poderia imaginar obter sucesso ali numa instalação de diminuto tamanho, destinada a ter uma influência estritamente local, viável nesses termos justamente pela ausência de vias de transporte. Muito diferente era o caso da usina proposta pela Belgo-Mineira. Arthur Bernardes, ao prestar contas ao Congresso Mineiro em 1922 sobre o projeto, deixava Fitzcarraldo com uma ponta de inveja ao tratar da questão dos transportes:

> O governo, attendendo a solicitação da Companhia, mandou reparar e tornar carroçavel a estrada de rodagem que liga Santa Barbara a Monlevade, afim de facilitar o transporte dos grandes machinismos que a Companhia alli vai installar.[90]

É certo que a construção da usina em Monlevade foi condicionada à construção, pelo governo, do ramal da EFCB entre Santa Bárbara e São José da Lagoa, que atenderia a localidade prevista para a usina. Consequência disso é que a companhia teve que esperar até 1935 para poder dar início às obras em Monlevade e, nesse meio tempo, se viu na necessidade de desenvolver a usina de Sabará além do inicialmente planejado.

A opção pelo carvão vegetal era, em grande medida, uma decorrência da escolha locacional. Não apenas a abundância dessa matéria-prima na região de Monlevade, mas também os custos de transporte de insumos alternativos naquela localização certamente pesaram nessa escolha. Ainda assim, o fato de que a Belgo-Mineira tenha abraçado o carvão vegetal é algo surpreendente quando notamos que a ARBED operava na Europa usinas a coque de carvão mineral.[91] Ela vinha, assim, adequar-se a uma outra tecnologia com a qual

---

Sabará, Monlevade e em vários outros pontos do Estado, onde a empresa plantou bases operacionais, para as atividades de reflorestamento e carvoejamento, foram, antes a acima de tudo, uma necessidade imposta pela própria atividade, numa região tão inexplorada quanto inóspita, tomada por doenças tropicais como a malária." (Moyen, *História da Belgo-Mineira*, p. 57). "Monlevade foi a única usina siderúrgica estabelecida ao longo dos anos 1930 que incluía residências, escolas, igrejas, lojas, teatros, ruas pavimentadas, hospitais e centros de recreação para os seus empregados." (Rady, *Volta Redonda*, p. 111).

[90] Arthur Bernardes, "Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª Legislatura no anno de 1922", 14 de jul. de 1922, Bello Horizonte, p. 76.

[91] ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, cap. II, "Fours a coke et haut fourneaux", pp. 104–10.

não estava habituada.[92] Para justificar tal procedimento, ela abraçou com um entusiasmo curioso a tese de que a localização e qualidade das reservas brasileiras de carvão mineral inviabilizavam a siderurgia a coque no país:

> Convencemo-nos rapidamente que o problema da siderurgia no Brasil se apresentava de um modo muito differente do que elle se apresenta na maior parte dos outros paizes, e isto por causa da ausencia de carvão mineral, transformavel em coke, situado a distancia razoavel das jazidas de ferro.
>
> A unica metallurgia possivel no Brasil, nas condições actuaes, consiste, a nosso ver, na fabricação de guza por meio de carvão vegetal e sua transformação em aço, nos fôrnos Siemens Martin ou eventualmente nos fôrnos electricos, o guza sendo tratado no estado líquido.[93]

"A única metalurgia possível" em Monlevade talvez fosse mesmo essa. "No Brasil" certamente não era, como veio a demonstrar a evolução do próprio setor a partir da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, pouco mais de cinco anos depois desse discurso de Barbanson. Mas mesmo antes disso, a siderurgia a coque, a "grande siderurgia", era uma vertente de peso nos embates em torno do problema siderúrgico nacional, cujo epítome foi, durante toda a década de 1920 e a maior parte da de 1930, a *Itabira Iron*.

A ideia de que a ARBED teria entrado no Brasil interessada na exportação de minério de ferro, por sua vez, tem pouco a sustentá-la além de uma aparente plausibilidade. Pelo contrário, a Belgo-Mineira singularizou-se justamente por não procurar fazer a exportação de minério. Ela só viria a se envolver nessa atividade décadas mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial e, mais intensamente, apenas na década de 1960.[94] Contudo, essa peculiar renúncia é especialmente intrigante tendo-se em vista que praticamente todos, brasileiros e estrangeiros, reconheciam na exportação de minério, e não na produção

---

[92] Pierre Delville, por exemplo, que foi o diretor-administrador da companhia entre 1921 e 1927, nunca havia trabalhado com carvão vegetal (Callaghan, "Obstacles to Industrialization", p. 290; veja também Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, pp. 190–91). Quando chegou, porém, a hora de laminar trilhos, a empresa não teve tanto sucesso quanto na redução de minério com carvão vegetal (Veja Barros, "Problema siderúrgico", pp. 34–35).

[93] "Texto do discurso do Sr. Gaston Barbanson, Presidente da Companhia Siderurgica Belgo-Mineira S.A.", em: "O Presidente da República em visita ao futuro parque siderurgico do Brasil", *O Jornal*, 1 de set. de 1935, AHUFJF – CT009–10, doc. 15; veja também Jules Verelst a Gaston Barbanson, encaminhando cópia do discurso de Barbanson, 21 de ago. de 1935, Rio de Janeiro, AHUFJF – CT009–10, doc. 16; Bastos, *A conquista siderúrgica no Brasil*, p. 155; Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 191.

[94] ARBED, *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*, pp. 86–87; Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 186.

siderúrgica, o grande negócio a ser feito no Brasil. Ademais, o que estava em pauta naquele momento era justamente a barganha, capitaneada por Minas Gerais, da exportação de minério como a contrapartida dada àqueles que construíssem uma usina siderúrgica no país, ou mais precisamente, no Estado. Isso certamente foi oferecido ao rei belga e aos representantes da ARBED, tornando particularmente significativa essa abstinência. Que possível prejuízo teria a empresa se fizessem eles mesmos a exportação? A versão mais cautelosa dessa tese, segundo a qual a empresa teria interesse em assegurar reservas de minério no exterior, tampouco é suficiente para dar conta do comportamento da companhia. Em particular, não havia nenhuma necessidade de se construir uma usina para essa finalidade, a aquisição das propriedades teria bastado. Várias outras empresas vinham assim procedendo na verdadeira "corrida do ferro" em andamento desde o final da década de 1900 no país, como vimos acima.

Portanto, certos traços conspícuos e algo peculiares da estratégia empresarial e do comportamento da Belgo-Mineira não correspondem aos interesses econômicos tipicamente mobilizados pela historiografia para explicar a entrada da ARBED no Brasil, que discutimos acima. Note que o argumento aqui não é o de que a empresa investiu no Brasil em prejuízo dos seus interesses econômicos. Uma vez operando no país, a orientação para o lucro e para o retorno aos acionistas era um aspecto regular das preocupações do conselho da empresa.[95] De fato, com exceção de alguns momentos atípicos, a empresa deu resultados positivos e passou a distribuir dividendos a partir de 1932. Meu ponto é o de que, se os interesses da empresa ao investir no Brasil se resumissem a ocupar mercados e explorar o minério de ferro brasileiro, ela certamente encontrava entre as possibilidades disponíveis naquele momento estratégias alternativas mais proveitosas. Possibilidades que ela contudo não exerceu.

A construção de uma usina siderúrgica integrada, localizada na região ferrífera, afastada do litoral e mais próxima à capital mineira, bem como a exigência da construção de uma vila operária, tinham porém antecedentes,

[95] "Livro de atas das reuniões dos membros do Conselho de Administração da Belgo-Mineira residentes na Europa", 1921–1939, AHUFJF – CT009–05; "Documentos sobre assuntos tratados nas reuniões européias dos membros do Conselho de Administração da Belgo-Mineira", 1921–1924, AHUFJF – CT009–06; "Documentos sobre assuntos tratados nas reuniões européias dos membros do Conselho de Administração da Belgo-Mineira", 1924–1930, AHUFJF – CT009–07.

justamente nas negociações que vinham sendo conduzidas ao longo do ano de 1920 entre o governo mineiro e a *Itabira Iron*.

De fato, as negociações entre Percival Farquhar, representante da *Itabira*, e o governo do estado de Minas se desenrolaram desde o final de 1919 e envolveram reiteradas propostas de ambas as partes. Em particular, o governo mineiro apresentou duas versões de "bases gerais" para um contrato com a companhia, uma em fevereiro de 1920, outra após a aprovação da lei mineira 793, de 22 de setembro de 1920, que autorizava o governo a contratar com a companhia.[96] Ambas incluíam entre as suas exigências à empresa interessada: i) a construção de uma usina siderúrgica, com capacidade determinada e um perfil de produção especificado, que incluía: altos-fornos, fornos Siemens-Martin, conversores Bessemer, uma seção de fabricação de cimento, e uma seção de laminação para barras, vigas, perfis, chapas, folhas de Flandres, trilhos etc.; em suma, uma usina integrada, com perfil de produção diversificado; ii) a localização da usina "entre Cachoeira Escura e São José da Lagoa, município de Itabira de Matto Dentro, no local que for julgado, pelo Governo do Estado, conveniente";[97] e iii) a construção de uma vila operária para 10.000 habitantes, incluindo abastecimento de água e luz e instalação de esgotos, um hospital com capacidade de 200 leitos, um edifício para o grupo escolar, capaz de comportar 500 alunos, um edifício para uma escola técnica, entre outras especificações.

Essas demandas do governo mineiro à *Itabira Iron* vão se manifestar claramente, e surpreendentemente, na estratégia empresarial da Belgo-Mineira. É difícil compreender essas supostas decisões da empresa – em conflito com o seu interesse econômico presumido e até mesmo em condições mais duras do que as exigidas de qualquer outra empresa que se candidatou a receber favores do governo para a produção siderúrgica independente da exportação de minério ao longo da década de 1920 – sem termos em vista o projeto mineiro para a sua usina siderúrgica que se configurava então no governo estadual. Formalmente, ao menos, a empresa não pedia praticamente nada. A única

[96] "'Bases Geraes', segundo as quaes o Governo celebraria contracto, organizadas definindo o objectivo do Governo – o interesse do paiz", fev. de 1920, em C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 105–10; "Bases Geraes para o contrato com a Itabira Iron Ore Company Limited", [1920], em C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 188–95. Os termos aqui são das segundas "bases gerais", mas em ambas eles são praticamente idênticos nos itens destacados.

[97] Cachoeira Escura é a atual estação Frederico Sellow, município de Belo Oriente–MG, São José da Lagoa é a atual Nova Era–MG. A companhia, de sua parte, pressionava por Aimorés–MG, na fronteira com o Espírito Santo ("5ª Proposta apresentada ao Governo de Minas pelo senhor Farquhar", 24 de jun. de 1920, em C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 152–57).

necessidade era a construção do ramal ferroviário entre Santa Bárbara e São José da Lagoa. Mas se reconhecermos a localização aproximada da usina como uma imposição mineira, como fazemos aqui, tampouco isso pode ser tomado como uma exigência da empresa.[98] Somos levados, portanto, a concluir que a ARBED propôs-se a *substituir* a usina que estava sendo então negociada com a *Itabira* – por outra com capacidade menor, mas com características qualitativas muito similares – obtendo, em contrapartida, o que o governo mineiro passou a fazer a partir daquele momento e que não fizera até então: o bloqueio ao projeto de exportação de minério da *Itabira Iron*. De outro lado, é também só com base na existência desta barganha, nesses termos, que podemos entender a conversão do governo mineiro, que teremos ocasião de discutir adiante, de uma posição de anuência à exportação de minério de ferro, desde que bem compensada, para uma outra ostensivamente antiexportadora.

Ora, havendo chegado a essa conclusão, cumpre revisitar as motivações da ARBED para investir no Brasil naquele momento. Considerando que esse acordo com o governo mineiro conformou aspectos fundamentais da estratégia empresarial e do comportamento da Belgo-Mineira – como a escolha locacional, o perfil de produção, a tecnologia produtiva, a renúncia à exportação de minério, com suas respectivas decorrências – é difícil recusar que o bloqueio ao projeto *Itabira* integrava de forma central, ao lado de outros que queiramos aí incluir, os móveis da ARBED naquela decisão.

Ademais, a Belgo-Mineira é amplamente reconhecida como um dos mais regulares e ativos opositores à *Itabira Iron* no Brasil.[99] A Belgo-Mineira constituiu-se, de fato, numa verdadeira imagem especular da *Itabira*: se a *Itabira* queria exportar minério, a Belgo-Mineira não, queria apenas a produção siderúrgica no país; se a primeira fazia muitas exigências, a segunda praticamente

---

[98]Como a própria empresa elipticamente colocaria ao sucessor de Bernardes, Raul Soares: "Logo que o Presidente do Conselho de Administração, sr. Barbanson, consultou ao Governo si seria conveniente tentar no Brasil uma industria siderurgica, foi-lhe ao mesmo tempo respondido, como encorajamento, que seria creada uma estrada de ferro, indo até Monlevade e Andrade. Foi sobre essas promessas que o sr. Barbanson adquiriu as duas propriedades de Monlevade e Andrade." (Secretário geral Hector Fauconnier a Raul Soares, "Memorandum dos diversos pedidos que a Companhia Siderurgica Belgo Mineira submette á benevolente attenção de S. Excia. o Snr. Dr. Raul Soares, dignissimo Presidente do Estado de Minas", 10 de dez. de 1922, Bello Horizonte, CPDOC – RS c 1923.01.08/3).

[99][Percival Farquhar], "Quesitos da nação. Perguntas e respostas sobre a criação da indústria siderúrgica no Brasil", (fragmento p. 3), 5 de jan. de 1934, Rio de Janeiro, AN – SC, caixa 2, pacote 4, doc. 10; Gauld, *The last titan*, pp. 285, 294 n12, 318 n10, 322 n21; Wirth, *Politics of Brazilian development*, p. 88; Santos, "Problema do trabalho na industrialização", pp. 186–87; Callaghan, "Obstacles to Industrialization", pp. 295–97.

nenhuma; se a primeira queria usar carvão importado, a segunda converteu-se num arauto do carvão vegetal; se a primeira queria uma autorização para operar no país, a segunda associou-se com uma empresa brasileira existente.[100] Do ponto de vista mineiro, a Belgo-Mineira era, portanto, um verdadeiro sonho.

A historiografia procurou explicar as raízes dessa pertinaz oposição da Belgo-Mineira à *Itabira*. Contudo, essas explicações limitam-se a uma contraposição de interesses econômicos entre as empresas.[101] Por um lado, a ARBED teria seus negócios prejudicados na Europa, pela concorrência no mercado de minério de ferro, como argumentam John D. Wirth e Antônio César Santos. Por outro, a Belgo-Mineira teria seus negócios prejudicados no Brasil pela concorrência na produção siderúrgica, dado que a *Itabira* se comprometera a construir uma usina siderúrgica de maior porte ali.[102] Santos alça, inclusive, o primeiro desses conflitos ao papel de "razão essencial" da ARBED em instalar-se no país:

> Se não era para exportar, pode ocorrer que uma das razões do seu interesse – talvez a razão essencial, fosse a de evitar a exportação massiva, pelo grupo inglês, de um minério de elevado teor, prejudicando o mercado de minérios de ferro na Europa para a produção das minas controladas pelo grupo ARBED na Lorena.[103]

O próprio Percival Farquhar, chegou a um diagnóstico muito similar a esse respeito:

> A Itabira agóra, na feição dada ao contrato pela Comissão de Estudo, sendo reduzida a simples instrumento de transporte em perfeitas condições técnicas, pergunta-se:
>
> [D]e que fórma impéde a Itabira que a Cia. Belgo-Mineira, o Conde Siciliano, o Snr. Lodi, ou qualquer interessado, estabeleçam ou aumentem suas usinas siderurgicas, em Sabará, Monlevade, Entre-Rios ou qualquer outra localidade?

[100] Cf. Martins, *Pouvoir et développement économique*, p. 176.

[101] Veja Wirth, *Politics of Brazilian development*, pp. 88, 241 n29; Santos, "Problema do trabalho na industrialização", pp. 186–87; Moyen, *História da Belgo-Mineira*, p. 33; Callaghan, "Obstacles to Industrialization", p. 297.

[102] John D. Wirth baseia seu argumento numa notícia do *Berliner Lokal-Anzeiger* de 16/4/1937 citada num ofício da embaixada brasileira na Alemanha (Wirth, *Politics of Brazilian development*, p. 241). Antônio César Santos baseia-se em Wirth (Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 186).

[103] Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 186.

> Por qual motivo continua a oposição délas á Itabira?
>
> Só razões ocultas poderiam explicá-lo, tais como impedir a *exportação em grande tonelagem de minério de ferro brasileiro para evitar sua concurrencia com o minério francez e luxemburguez, ou o obter vantagens e auxilio financeiro do Governo, vantagens e auxilio financeiro estes que a Itabira não péde nem recebe e por isso, sendo construida a Itabira, não poderia empreza alguma mais esperar obte-los*.[104]

Ou, em outros termos, especificamente em relação à Belgo-Mineira:

> Mas aos grandes interessados nas jazidas de minerio francez não convem que o minerio do Brazil, de alto teor de 65–68% venha em concurrencia nos mercados mundiaes especialmente no da Allemanha, agora seu melhor freguez.
>
> Por isso disseram ao Governo de Minas Geraes que não convem exportar o minerio de ferro brasileiro mas deve ficar no pais para uso das Usinas Siderurgicas nacionaes, que não se precisava exportar o minerio de ferro para estabelecer no paiz a grande siderurgia. Um grupo que comprehendeu os Schneider & Cie. (Creuzot) e Bernard, Goudchaux & Cie. de França, controlando a grande parte do minerio de ferro da França, para sustentar esta these comprou a pequena usina de Sabará mudando seu nome para a Cia. Siderurgica Belgo-Mineira.[105]

Embora essas formulações, evidentemente, se alinhem à conclusão que chegamos há pouco, de que o bloqueio do projeto *Itabira* esteve entre os motivos para a criação da Belgo-Mineira pela ARBED, acredito que o aspecto estritamente econômico dessa oposição, mesmo que admitamos a sua existência, encontra-se nelas algo sobrevalorizado.

De fato, na documentação interna da Belgo-Mineira, existem manifestações desse conflito com a *Itabira*,[106] mas essa relação estava longe de ser unidimensional. Por um lado, o conflito manifesto de interesses no plano econômico era por vezes mais tênue do que Wirth e Santos parecem assumir:

> Se a usina projetada [pela Itabira Iron Ore Co.] fosse construída, o perigo de concorrência não seria muito grande para nós, em vista da localização

[104] AN – SC, caixa 2, pacote 4, doc. 10.
[105] AN – SC, caixa 2, pacote 4, doc. 11, p. 1.
[106] Veja, por exemplo, "Réunion [...] des administrateurs et commissaires de la Companhia Siderurgica Belgo-Mineira", 25/04/1928, AHUFJF – CT009–05, pp. 104–5.

> prevista, mas nós poderíamos ter incômodos pela debandada do nosso pessoal.[107]

Por outro lado, havia certos ganhos ponderáveis previstos pela Belgo-Mineira das atividades da controladora da EFVM:

> No que diz respeito às vias de comunicação, o ramal da estrada de ferro ligando Monlevade à São José da Lagoa acaba de ser concluído, de forma que a ligação da Estrada de Ferro Central do Brasil com a Estrada de Ferro Victoria-Minas se encontra realizada e aumenta em grande proporção o valor das propriedades de Andrade e de Monlevade.
>
> A rede interior de Minas Gerais tem assim um acesso direto ao mar, o que constitui um elemento dos mais interessantes para a Sociedade.[108]

Esse último ponto é particularmente relevante na década de 1930, quando a *Itabira* já havia sido, para todos os efeitos, dispensada da obrigação de construir uma usina, dissipando assim o risco de concorrência na produção siderúrgica, e ficava obrigada a transportar minério de ferro e produtos siderúrgicos de terceiros em igualdade de condições com os seus, tendo portanto o projeto Itabira potenciais implicações positivas à Belgo-Mineira, se não por mais nada, pelo acesso a um meio de transporte mais econômico.

Mesmo do ponto de vista da ARBED, para além da perspectiva da Belgo-Mineira em particular, esse conflito não é tão unívoco. É certo que um importante acionista da ARBED era a *Société Minière des Terres Rouges*, que possuía grandes jazidas de minério de ferro na região da Lorena.[109] Considerando, porém, que a ARBED era antes de mais nada um truste siderúrgico, não é evidente que os seus interesses propriamente econômicos seriam prejudicados pela chegada no mercado europeu de minério de ferro em abundância.

Além disso, mais do que simplesmente a exportação de minério de ferro, a *dimensão do projeto* parecia ser uma preocupação central. De fato, Gaston Barbanson chegou a propor uma associação a Percival Farquhar, visando

---

[107] "Réunion du 4 septembre 1929 des Administrateurs et Commissaires de la Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, résidant en Europe", 4 de set. de 1929, Bruxelles, AHUFJF – CT009–05, p. 123.

[108] "Companhia Siderurgica Belgo-Mineira", 21 de dez. de 1936, AHUFJF – CT009–10, doc. 13; veja também, para uma manifestação de teor similar na década de 1920, "Réunion du 7 juillet 1926 des Administrateurs et Commissaires de la Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, résidant en Europe", 7 de jul. de 1926, Bruxelles, AHUFJF – CT009–05, pp. 71–72.

[109] Santos, "Problema do trabalho na industrialização", p. 179.

conter o ímpeto deste. A proposta, como sabemos, não chegou a avançar. A culpa ficou com os mineiros:

> Nos anos 1920, Farquhar econtrou-se com Barbanson em Paris depois que este ofereceu de juntar-se ao americano para levar o plano Itabira adiante. O acordo rompeu-se porque Barbanson queria "expedições de minério de pequena tonelagem; ... o Estado de Minas Gerais [disse ele,] jamais permitiria que grandes tonelagens fossem exportadas e [Barbanson] não seria parte de tal projeto."[110]

Em resumo, não parece claro que os interesses econômicos da empresa, quer os da ARBED na Europa, quer os da Belgo-Mineira no Brasil, ficassem inequivocamente prejudicados pela *Itabira*. Ou, pelo menos, que ficassem suficientemente prejudicados para justificar a ativa oposição contra ela, na forma em que se deu.

Contudo, as indicações apresentadas convergem em apontar o bloqueio à exportação de minério de ferro pela *Itabira* como um alvitre central da Belgo-Mineira e, até mesmo, como um dos motivos principais para a entrada da ARBED no Brasil. No meu entender, apenas a consideração dos potenciais impactos do projeto Itabira, no plano geopolítico, permite dar conta dessa oposição de forma plena. Examinamos em detalhes a natureza e a dimensão desses impactos potenciais na seção anterior deste trabalho e, estes sim, parecem talhados para suscitar o tipo de reação que historicamente se manifestou contra o projeto Itabira, e que viemos de analisar. Além disso, essa dimensão joga nova luz no papel cumprido pelo rei Alberto naquela conjuntura. Pois, na compreensão dos eventos, desse ponto de vista, faz mais sentido pensarmos numa composição de interesses mais ampla por trás da vinda da ARBED ao Brasil do que simplesmente "os interesses da ARBED" e que, simbolicamente e politicamente, parecem de fato ter sido representados pelo soberano belga naquela ocasião.

* * *

Resta-nos, assim, tratar da contrapartida oferecida aos interesses europeus representados pelo rei Alberto, e que se manifestou numa verdadeira reviravolta da posição mineira quanto ao contrato Itabira. De fato, entre o final de 1920 e a primeira metade de 1921, momento em que se deram as negociações

[110] Callaghan, "Obstacles to Industrialization", p. 335. A fonte da informação é uma carta de Percival Farquhar a C. L. Woolridge, datada de 10/08/1937.

que resultaram na criação da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, o governo mineiro não apenas abandonou o seu apoio à *Itabira Iron*, como passou a liderar a oposição a ela e, dado o condicionamento do contrato com o governo federal a um contrato com o governo mineiro, foi capaz de bloquear o projeto com grande eficácia.

Como vimos anteriormente, pelo menos até o final de setembro de 1920, as negociações entre a *Itabira Iron* e o governo mineiro continuaram em andamento, e as iniciativas mineiras em favor do contrato também estavam sendo tomadas. Contudo, em meados de 1921, a posição do governo mineiro já havia claramente se alterado. Na mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em junho de 1921, a *Itabira* já não se comprometia mais a transformar 5% do minério que exportasse, como no ano anterior, mas sim, nota bem, pretendia exportar 95% do que transformasse. Por esse e inúmeros outros motivos, "malgrado o intenso desejo de resolver o problema siderúrgico", ainda não havia sido possível entrar em acordo com a *Itabira*. Contudo, a despeito disso, a siderurgia no Estado mineiro fizera seus avanços:

> [A Companhia Siderurgica Mineira], depois de prolongada lucta contra difficuldades de ordem technica e financeira, conseguiu pôr em funccionamento a Usina de Sabará, cujo forno alto tem produzido facilmente 24 toneladas diarias, quando eram previstas apenas 20.
>
> Sendo objectivo da Companhia desenvolver a industria de ferro, que não podia limitar-se á producção de *ferro guza* para segunda fusão, e tendo em vista as difficuldades que cercam o estabelecimento de uma industria nova em nosso paiz, concluiu um accordo com um importante grupo franco-belga-luxemburguês para formar a Companhia Siderurgica Belgo-Mineira [...].
>
> Ha, portanto, fundadas esperanças de se transformar em realidade, dentro de poucos annos, a construcção, em Minas, de uma poderosa usina siderurgica, que será, inquestionavelmente, um grande factor do desenvolvimento do nosso Estado e do paiz.[111]

[111] Arthur Bernardes, "Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura no anno de 1921", 14 de jun. de 1921, Bello Horizonte, pp. 36–37. O trecho todo da mensagem de 1921 (pp. 33–37) é muito interessante e dá boa mostra do teor dos argumentos de Bernardes utilizados contra a *Itabira*, diante dos quais ficava até mesmo difícil compreender que interesse teria o Estado na instalação da siderurgia afinal. Vale a pena também, cotejar o trecho relevante da Mensagem de 1922, em particular com a Mensagem de 1920 (Bernardes, "Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1920", pp. 12–13; Bernardes, "Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1922", pp. 75–76).

As negociações entre o Estado de Minas e a *Itabira Iron* haviam se encerrado. O que se segue é dilação e impugnação. Apesar das reiteradas tentativas e concessões feitas pela companhia, depois das segundas "bases gerais", que se seguiram à lei 793/20, não houve mais qualquer contraproposta da parte de Minas Gerais, ao menos até o governo Antônio Carlos. Em janeiro de 1921, a *Itabira* fez uma nova proposta ao governo mineiro.[112] Nela, a companhia procurava flexibilizar os termos da proposta mineira em uma série de pontos, em particular a limitação de preço sobre os produtos da usina que vinha sendo exigida pelo estado. Mas algumas concessões em pontos relevantes de disputa anterior eram feitas pela companhia. Clodomiro de Oliveira considerou em parecer a proposta como "inaceitável".[113] Em abril, a *Itabira* já aceitava o princípio de um limite de preços na usina, a preços nunca superiores aos vigentes no Rio de Janeiro.[114] Em maio, já se dispunha a aceitar um limite com referência aos preços no mercado de Nova Iorque, mas acrescidos dos direitos aduaneiros e despesas necessários ao transporte ao Rio de Janeiro.[115] Em novembro, propunha preço na usina não superior ao vigente em Nova Iorque para produtos equivalentes e entrega no Rio de Janeiro com redução de 25% sobre o valor global das cifras das despesas.[116] Em maio de 1923, a companhia já propunha preços na usina 5% inferiores aos em Nova Iorque acrescidos de direitos aduaneiros e despesas e encargos de transporte entre Nova Iorque e Rio, e 7,5% inferiores para vendas aos governos de até 30% de sua produção.[117] Nada mais era capaz de comover Bernardes.

Assim, o pomo da discórdia foi, ostensivamente, a cláusula da limitação de preços aos produtos da usina siderúrgica, como poderia ter sido, em princípio, qualquer outra coisa. De fato, Arthur Bernardes e seu secretário, Clodomiro de Oliveira, tornaram-se dois dos mais ferozes opositores do contrato Itabira.[118] A ascensão do primeiro à presidência da República estendeu o bloqueio ao âmbito federal. Os sucessores de Arthur Bernardes na presidência do Estado, enquanto ele esteve na presidência da República, não alteraram a diretriz de bloqueio ao projeto Itabira. Em suma, a partir da mudança de posição de Minas Gerais, a correlação de forças que sustentava o projeto Itabira ruiu

[112] C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 201–56.
[113] C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, p. 256.
[114] C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 258–59.
[115] C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, pp. 259–60.
[116] C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, p. 266.
[117] C. Oliveira, *A concessão Itabira Iron*, p. 293. Esta última proposta, contudo, já foi dirigida ao governo federal, estava lá então, porém, o mesmo Arthur Bernardes.
[118] Gauld, *The last titan*, p. 286.

completamente. Não apenas o contrato se tornou então inviável, mas também as lideranças mineiras lançaram-se à proa de uma violenta campanha pública contra Farquhar e o contrato Itabira. A campanha se fazia não apenas pelos jornais mas também por conferências, publicações e discursos no Congresso. Destacaram-se nela, além de Arthur Bernardes e Clodomiro de Oliveira, Raul Ribeiro da Silva e Nelson de Senna.[119]

O teor da campanha é sem dúvida saboroso, e nos conta muito sobre a forma de proceder nos debates políticos à época. Em resumo, em nome dos interesses nacionais e contra o monopólio, a proposta da *Itabira* não era aceitável. Exportar o minério era apenas abastecer de matérias-primas as grandes indústrias localizadas no estrangeiro e enriquecer outras nações em detrimento da nossa. Farquhar iria monopolizar a exportação de minério de ferro, a indústria siderúrgica do país e o comércio de carvão, arruinando os produtores domésticos desses produtos. Monopolizaria toda a economia do rico em recursos vale do Rio Doce. Arruinaria também toda a indústria doméstica através de seu "porto livre". Teria até "o predomínio, senão o monopólio do comércio marítimo do Brasil, quiçá de toda a América do Sul da Costa Atlântica".[120] Tampouco tencionaria ele, na verdade, cumprir o compromisso contratual de construir a usina. Enfim, tratava-se da "escandalosa imoralidade da Itabira".[121] O contrato, "cujas cláusulas determinam transformar o país em verdadeira colônia",[122] se efetivado, "seria a ruína irremediável e a abdicação

[119]Veja Bernardes, "Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1921"; Bernardes, "Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1922"; C. Oliveira, "Problema Siderurgico"; Ribeiro da Silva, "Problema da siderurgia no Brasil"; Senna, "O Problema da Siderurgia Nacional". Raul Ribeiro da Silva, que se tornou um dos mais persistentes e irascíveis opositores do contrato Itabira, havia anteriormente trabalhado para a companhia, tendo sido assistente de Gillman em 1912 (Raul Ribeiro da Silva, "Ferro – Salvação do Brasil", 9 de mar. de 1931, São Paulo, CPDOC – EMS d 1911.09.00, doc. I–[02], p. 6; Raul Ribeiro da Silva, "Notas e conclusões sobre o ferro no Brasil", 12 de jan. de 1931, São Paulo, CPDOC – EMS f publ 1920.01.05, doc. I–12, pp. 1–2; Soares e Silva, *Ferro na história e na economia*, pp. 92–93; Ribeiro da Silva, "Industria siderurgica e exportação de minerio de ferro", p. 30).

[120]C. Oliveira, "Problema Siderurgico", p. 25.

[121]A expressão foi empregada por Epitácio Pessoa, entre aspas naturalmente, para se referir à campanha em sua Mensagem ao Congresso de 1921 (Epitacio Pessôa, "Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da decima primeira Legislatura pelo Presidente da República Epitacio Pessôa", 3 de mai. de 1921, Rio de Janeiro, p. 30).

[122]C. Oliveira, "Problema Siderurgico", p. 24.

da nossa nacionalidade".[123] Esses argumentos certamente não eram novos, e nem tampouco deixaram de reaparecer mais tarde, no entanto, manifestaram-se naquele momento com particular intensidade e ferocidade. Do outro lado da contenda, acusava-se Arthur Bernardes de retrógrado, tacanho, de ser contrário à implantação das indústrias básicas, de anti-industrialista, de regionalismo estreito e de xenofobia.[124]

Poderíamos, talvez, tomar a atitude mineira num outro sentido, de que o bloqueio à *Itabira* não se tratava propriamente de uma contrapartida, mas o governo mineiro, em face a uma alternativa julgada melhor, simplesmente abandonou o projeto. No entanto, mesmo isso me parece insuficiente pois, do ponto de vista mineiro, não havia nada que tornasse os dois projetos mutuamente excludentes, a não ser que tenha realmente ocorrido a barganha referida. O que é evidenciado pelo fato de que, em 1925, ao mesmo tempo em que o projeto Itabira estava sendo bloqueado, o governo mineiro vinha negociando um contrato de contornos muito similares ao da *Itabira* com o grupo alemão *Dortmunder-Union*, incluindo a participação direta do governo do estado na formação de capital e com a anuência do próprio Bernardes.[125] Fato este que, tivesse a historiografia registrado, teria tido enormes dificuldades em explicar.

Farquhar, por sua vez, a essa altura estava longe de entender o que estava acontecendo.

---

[123]Nos termos da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados (Pessoa, *Pela verdade*, p. 334).

[124]Silva, "A crise política no quadriênio Bernardes", p. 24. Aqueles favoráveis ao projeto Itabira, porém, tiveram suas manifestações dificultadas durante a presidência de Bernardes. Em outubro de 1923 foi aprovada a chamada "Lei Infame", regulando a liberdade de imprensa, e estabelecendo pena criminal a autores, diretores e redatores pelas infrações previstas, entre as quais, a ofensa. Foram processados e cumpriram pena criminal, em decorrência dela, os diretores do *Correio da Manhã* e do *Diário de Notícias*. O professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro Ferdinando Labouriau foi preso por artigos publicados no mesmo *Correio da Manhã* contrários ao decreto 4.801/24 que definia a política siderúrgica de Bernardes (Decreto n. 4.743, 31 de out. de 1923, "Regula a liberdade de imprensa [...]"; Silva, "A crise política no quadriênio Bernardes", pp. 23, 28; Melo Franco, *A República, as oligarquias estaduais*, p. 293).

[125][Raul Soares] a Miguel Calmon, 27 de jul. de 1923, CPDOC – RS c 1923.07.23/1; [Carl] Bretz a Luiz da Rocha Miranda, 30 de nov. de 1925, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a Christiano Machado, 19 de fev. de 1926, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a João Franzen de Lima, 20 de mar. de 1926, Rio, CPDOC – CM c 1925.12.26; T. Thiem a Christiano Machado, 13 de abr. de 1926, Rio de Janeiro, CPDOC – CM c 1925.12.26; *OEF*, n. 17, 06/1937, p. 44.

> Farquhar uma vez reclamou: "Era inútil para Hunt e eu, e mais tarde para Assis Chateubriand, discutir com Bernardes. Se nós refutávamos um conjunto de suas ideias feudais, ele mudava para uma outra posição absurdamente não econômica. Ele era contra a industrialização e qualquer coisa que modernizasse Minas e estimulasse a urbanização, perturbando o seu modo de vida arcaico."[126]

Charles Gauld, biógrafo de Farquhar, ecoando o próprio biografado, atribuía a posição mineira sobre a exportação de minério de ferro, convertida agora simplesmente em antiexportadora, a uma percepção distorcida do significado das reservas brasileiras no quadro mundial, resultante do inquérito do Congresso de Estocolmo:

> E havia uma paixão quase religiosa nos argumentos [de Bernardes]. Não apenas ele estava convencido pelos relatórios de Estocolmo de 1910 de que o Brasil deveria entesourar o seu ferro até que as reservas mundiais escasseassem, mas também ele compartilhava com muitos mineiros um estranho senso de missão divina no que dizia respeito às suas montanhas de ferro; Deus havia dado esse recurso sagrado ao Brasil, que não deveria permitir a profanação estrangeira.[127]

De uma forma ou de outra, durante as presidências de Arthur Bernardes – do Estado e depois da República – não apenas o contrato Itabira foi obstado, mas, sob a liderança mineira, foi gestado e politicamente lastreado um modelo alternativo à *Itabira Iron* para a solução do problema siderúrgico, baseado em insumos estritamente nacionais e infenso à exportação do minério de ferro. Com a elevação desse novo modelo ao *status* de política nacional ocorreu uma polarização no debate sobre o problema siderúrgico entre essas duas alternativas.

Não pretendo aqui minorar a importância dessa verdadeira reviravolta nos debates então em andamento. A questão de interesse é como interpretá-la e como compreendê-la. Pires do Rio, ministro da Viação de Epitácio Pessoa e redator do malfadado contrato Itabira, tinha toda razão em afirmar que "os motivos para a recusa do contrato eram outros e não os alegados".[128] Se o estado de Minas Gerais e, em particular, Arthur Bernardes, bem como seu secretário de Agricultura Clodomiro de Oliveira, figuram na historiografia como a origem e a manifestação mais clara de uma posição abertamente

[126]Gauld, *The last titan*, p. 287.
[127]Gauld, *The last titan*, p. 286.
[128]Pires do Rio, "O nosso problema siderúrgico", p. 5.

contrária à exportação de minério de ferro e ao projeto Itabira em particular, isso deveria ser de se estranhar. Pois, concretamente, ao longo de todo o período, Minas Gerais foi o principal suporte, quando não também a origem, de praticamente todos os projetos de exportação de minério, associados ou não à siderurgia, e particularmente o da *Itabira*.[129] De fato, Minas se colocava potencialmente como um dos principais, senão o principal, beneficiário da exploração dessas reservas minerais. Isso era patente aos contemporâneos e transbordava ocasionalmente em abertas acusações de "regionalismo".

A oposição liderada por Bernardes ao contrato Itabira a partir de 1921 é uma exceção histórica. O discurso antiexportador associado a ela também, e deve ser tomado com uma boa dose de ceticismo. Assim, não deveria nos surpreender o fato de que a política de Arthur Bernardes não teve continuidade após o fim de seu governo, nem no âmbito federal nem em seu próprio Estado. Com Washington Luís e Antonio Carlos a *Itabira* voltou a gozar da posição de projeto de governo. O que, àquela altura, representava apenas um retorno à normalidade.

Considerações finais

Não quero sugerir aqui que o nacionalismo não tivesse um papel central no debate. Ao contrário, toda a diversidade de interesses em jogo procurava abrigar-se sob a égide do nacionalismo. O interesse nacional era praticamente o único a conferir real legitimidade às diferentes propostas em disputa. Assim, era natural que todas as partes pleiteassem o rótulo e se declarassem, todos, os verdadeiros portadores da bandeira. Por isso mesmo, o nacionalismo merece, sem dúvida, o destaque que recebeu na historiografia na reconstrução dos debates à época. Não pode, contudo, justamente por essa ubiquidade, ser empregado como fator *explicativo* para as tensões políticas que subjaziam às discussões sem as mediações necessárias.

Em particular, como vimos ao longo deste trabalho, não podemos reduzir os interesses estrangeiros ao mero desígnio de explorar as reservas minerais brasileiras e a uma resistência à implantação da siderurgia no Brasil. A entrada da ARBED no Brasil, nas circunstâncias em que se deu, só é compreensível à luz das importantes cisões internacionais com relação à exportação de minério de ferro brasileiro no período entreguerras. O caso mostra claramente que as tentativas de mobilizar as grandes reservas brasileiras de minério de ferro

[129]Veja Barros, "Problema siderúrgico".

também no exterior dividiam os interesses em campos distintos e, por vezes, opostos. Analisado o problema apenas no eixo nacional-estrangeiro, a criação e o comportamento da Belgo-Mineira no Brasil permaneceram como um a espécie de ponto cego interpretativo tanto no debate como na historiografia. De fato, a Belgo-Mineira, ao vir para o país para realizar a produção siderúrgica e ao abster-se de realizar a exportação do minério, representava simplesmente o oposto daquilo que se atribuía ao presumido interesse estrangeiro. Não por acaso, ela teve que ser absorvida pela interpretação nacionalista como um caso especial. Nos termos de Arthur Bernardes, justamente em contraposição à *Itabira*, a Belgo-Mineira era "não imperialista".[130] Onde a lógica derrapa, é necessário redobrar a atenção.

O caso também convida a comparar, do ponto de vista dos interesses brasileiros, bem como do ponto de vista dos interesses mineiros, as duas formas de participação estrangeira oferecidas, de um lado, pela *Itabira Iron* e, de outro, pela Belgo-Mineira. Especialmente porque os dois projetos apresentaram-se como antagônicos. Concretamente, a Belgo-Mineira foi praticamente acolhida como nacional enquanto a *Itabira* permaneceu retratada como a verdadeira antítese do nacional.[131] E essa diferença na recepção brasileira a ambas as empresas impregna até hoje boa parte da historiografia. Contudo, sem admitirmos que as duas empresas eram, à época, essencialmente comparáveis, tanto do ponto de vista nacional quanto do ponto de vista mineiro, *apesar dos discursos a respeito delas*, o próprio debate perde muito do seu nexo. Como compreender que o projeto Itabira, em suas múltiplas versões, permaneceu em negociação no país por quase trinta anos, entre 1909 e 1939, sem admitir que havia uma ampla base de sustentação interna, brasileira, a ele? O "poderoso" Farquhar e os interesses velados por trás dele teriam sido capazes de impor um contrato que não interessaria ao Brasil, com a ajuda dos seus "representantes" no país?

Que a ARBED tenha vindo ao Brasil para realizar produção siderúrgica e que Minas tenha se convertido a uma posição abertamente em antiexportadora, mesmo que da boca pra fora, são ambos fatos absolutamente surpreendentes, e

---

[130] Apud Gauld, *The last titan*, p. 312.

[131] Para o acolhimento da Belgo-Mineira veja, por exemplo, Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, pp. 189–99. Luciano Martins procura explicar a diferença na recepção brasileira a ambas as empresas e dá justamente o caso da Belgo-Mineira – "que não levanta nenhuma oposição" – como um contraexemplo que negaria a conotação xenofóbica que alguns atribuem à reação à *Itabira*, vale dizer, ele reconhece os argumentos empregados na campanha contra a *Itabira* como tais e atribui essa oposição a uma defesa dos interesses nacionais (Martins, *Pouvoir et développement économique*, pp. 173–76).

que foram deixados praticamente inexplicados na historiografia. A entrada da ARBED no país, na forma em que se deu, permaneceu envolta em especulação e uma boa dose de mistério. E a circunstância de Minas ter se colocado à proa de um discurso antiexportador foi naturalizada nela a ponto de ter se convertido numa das principais facetas das interpretações tradicionais.

No entanto, o reconhecimento das cisões, no plano internacional, a respeito das consequências potenciais dos projetos de exportação de minério de ferro brasileiro no entreguerras, e do projeto Itabira em particular, como foi feito neste trabalho, nos permite compreender ambas as coisas. Um acordo travado entre o estado de Minas Gerais e os interesses europeus representados pelo Rei Alberto na ocasião de sua visita ao Brasil em 1920 dá conta de explicar essas verdadeiras excepcionalidades no comportamento dos agentes no período.

Referências

Arquivos

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

AHUFJF – CT009	Coleção Galba di Mambro (sobre a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira).

Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

AN – SC	Fundo Percival Farquhar.

Bundesarchiv (Arquivo Federal). Berlim, Alemanha.

BArch	Bundesarchiv.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro.

CPDOC – CM	Arquivo Cristiano Machado.
CPDOC – EMS	Arquivo Edmundo de Macedo Soares.
CPDOC – GV	Arquivo Getúlio Vargas.
CPDOC – RS	Arquivo Raul Soares.

Periódicos

Boletim do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil (BSGM). Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Brazil-Ferro-Carril (BFC). Revista quinzenal de transportes, economia e finanças. Rio de Janeiro.

Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes (Leg. MG). Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado.

Diario do Congresso Nacional (DCN). Rio de Janeiro: Brasil. Consultado em: `http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara`.

Diario Official (DO). Brasil.

Mensagens governamentais. Mensagens do Presidente ou Governador do Estado ao respectivo Legislativo estadual. Consultado em: `http://www-apps.crl.edu/brazil`.

Mensagens presidenciais. Mensagens do Presidente da República ao Congresso Nacional. Consultado em: `http://www-apps.crl.edu/brazil`.

O Observador Economico e Financeiro (OEF). Rio de Janeiro.

Statistical Year-book of the League of Nations. Geneva, Switzerland: League of Nations, Economic and Financial Section. Consultado em: `http://digital.library.northwestern.edu/league/stat.html`.

Publicações

Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange (ARBED). *Un demi-siècle d'histoire industrielle 1911–1964*. [1964].

Baer, Werner. *The development of the Brazilian steel industry*. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University Press, 1969.

Barros, Gustavo. "Discurso e contexto. Política siderúrgica no primeiro governo Vargas (1930–1937)". 30 de jul. de 2014. URL: `https://mpra.ub.uni-muenchen.de/57656/`.

– "O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940. Criação de empresas e evolução da capacidade produtiva". *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada (Heera)* 8.14 (jan.–jun. de 2013), pp. 9–32.

– "O problema siderúrgico nacional na Primeira República". Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA–USP), 2011. DOI: `10.11606/T.12.2011.tde-24012012-135049`.

Bastos, Humberto. *A conquista siderúrgica no Brasil. Crônica e interpretação econômica das empresas e indivíduos, nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais e do desenvolvimento nacional*. São Paulo: Livraria Martins Editora, [1959].

Belini, Claudio. *Historia de la industria en la Argentina. De la Independencia a la crisis de 2001*. Buenos Aires: Sudamericana, 2017.

Boemeke, Manfred F., Gerald D. Feldman e Elisabeth Glaser, ed. *The Treaty of Versailles. A reassessment after 75 years*. Publications of the German Historical Institute. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Callaghan, William Stuart. "Obstacles to Industrialization. The Iron and Steel Industry in Brazil during the Old Republic". Tese de doutorado. University of Texas at Austin, 1981.

Carvalho, Elysio de. *Brasil, potencia mundial. Inquerito sobre a industria siderurgica no Brasil*. Rio de Janeiro: S. A. Monitor Mercantil, 1919.

Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (CTEF). *A grande siderurgia e a exportação de minério de ferro brasileiro em larga escala. Projétos Raul Ribeiro, Paul H. Denizot e "Itabira Iron", Estudos e conclusões apresentadas ao Presidente da República em 27 de julho de 1938 pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda*. Rio de Janeiro, out. de 1938.

Derby, Orville A. "The iron ores of Brazil". Em: *The iron ore resources of the world, an inquiry made upon the initiative of the executive commitee of the XI International Geological Congress*. Vol. 2. 1910, pp. 813–22. Citado a partir da republicação em "The iron ores of Brazil". *REM. R. Esc. Minas* 63.2 (jul. de 2010–set. de 2010), pp. 473–79.

Evans, Richard J. *The Third Reich at War. How the Nazis Led Germany from Conquest to Disaster*. New York: The Penguin Press, 2009.

Fertik, Ted. "Packaging Industrialization and Selling It. State-Guaranteed Export Financing and Nationalist Industrialization, 1920–1940". Paper for the History Project "Institutions, Credit, and the State" Conference. Set. de 2014.

– "Transnational Actors in the Service of Economic Nationalism. U.S. Firms, Engineers, and Officials in the Creation of the Brazilian National Steel Industry". Paper presented at the international conference "American (Inter)Dependencies: New Perspectives on Capitalism and Empire, 1898–1959", New York University. 3–4 de abr. de 2014.

Fontaine, Pascal. *A new idea for Europe. The Schuman declaration – 1950–2000*. 2ª ed. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2000.

Gauld, Charles A. *The last titan. Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America*. Com pref. de Ronald Hilton. Stanford, CA e Felton, CA: California Institute of International Studies e Glenwood Publishers, 1972. (Orig. pub.

em 1964 por Stanford Univ. e Inst. of Hispanic-American and Luso-Brazilian Studies, Stanford, CA).

Gilbert, Jorge O. “El grupo belga luxemburgués ARBED y la metalúrgica TAMET”. Terceras Jornadas de Historia Económica, Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003. 2003.

Gomes, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1983.

Gonsalves, Alpheu Diniz. *O ferro na economia nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1937.

Leme, Luiz Betim Paes. “Carvão e ferro no Brasil”. Conferencia realisada no Club de Engenharia em 28 de agosto de 1919. Rio de Janeiro: Pap.-Typ. Gomes Brandão, Marcondes & C., 1919.

Luz, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1930*. Com pref. de João Cruz Costa. São Paulo: Difusão Européia do Livro, jun. de 1961.

Martins, Luciano. *Pouvoir et développement économique. Formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Antrophos, 1976.

Mello, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Melo Franco, Afonso Arinos de. *História do povo brasileiro*. Vol. V: *A República, as oligarquias estaduais*. Em colab. com Antonio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa. 2ª ed. São Paulo: J. Quadros Editôres Culturais S. A., 1968.

Moreira, Regina da Luz. *CSN. Um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: Fundação CSN, Fundação Getulio Vargas e CPDOC, 2000.

Moyen, François. *A História da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Uma trajetória de crescimento consistente (1921–2005)*. Belo Horizonte: Belgo, Fundação Belgo (Grupo Arcelor), 2007.

Oliveira, Clodomiro de. *A concessão Itabira Iron*. Belo Horizonte, 1934.

– “Industria siderurgica”. Monographia publicada em o numero XIV dos Annaes da Escola de minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Officinas da Casa Mattos, 1914. (Datado pelo autor como junho/1912).

– “Problema Siderurgico”. Conferência realizada no Centro Academico de Ouro Preto em 1º de Janeiro de 1924. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1924.

Oliveira, Euzebio Paulo de. “Regiões carboniferas dos Estados do Sul”. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

Peláez, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira. Crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

Pessoa, Epitácio. *Pela verdade*. Tomo I. Edição revista e organizada pelo I.N.L. Obras completas de Epitácio Pessoa, vol. XXI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. (Orig. pub. em 1925 por F. Alves, Rio de Janeiro).

Pimenta, Dermeval José. *O minério de ferro na economia nacional. O Vale do Rio Dôce*. Rio de Janeiro, 1950.

Pires do Rio, J. "O nosso problema siderúrgico". Parecer relativo ao acto do Presidente da República, de 27 de novembro de 1920, que mandou executar o contracto celebrado em 29 de maio de 1920 entre a União e a Itabira Iron Ore Company Limited, de conformidade com o decreto nº 14.160 de 11 de maio de 1920. Rio de Janeiro, 1926.

Rady, Donald Edmund. *Volta Redonda. A steel mill comes to a Brazilian coffee plantation, Industrial entrepreneurship in a developing economy*. Albuquerque, New Mexico: Rio Grande Publishing Co., 1973.

"Revisão do contracto da Itabira Iron. Relatório e minuta de contracto organisado pela Commissão nomeada de ordem do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisorio, pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação, Dr. José Américo de Almeida". Presidente da Commissão: General Sylvestre Rocha. Relator da Commissão: Dr. Alcides Lins. 1934.

Ribeiro da Silva, Raul. "Industria siderurgica e exportação de minerio de ferro. Estudo, projecto e proposta, apresentados ao Governo Federal". Rio de Janeiro, 1938.

– "O Problema da siderurgia no Brasil e o contracto da Itabira Iron Ore Company Limited". Conferência realisada em 16 de Agosto de 1922, na Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1922.

Rocchi, Fernando. *Chimneys in the desert. Industrialization in Argentina during the export boom years, 1870–1930*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

Santos, Antônio César. "O Problema do trabalho na industrialização em Minas Gerais. O Caso da siderurgia". Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR–UFMG), 1986.

Senna, Nelson de. "O Problema da Siderurgia Nacional". Discurso pronunciado na Câmara Federal, em sessão do dia 21 de novembro de 1923. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1924.

Silva, Lígia Osório. "A crise política no quadriênio Bernardes. Repercussões políticas do 'caso Itabira Iron'". Em: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. Org. por Helena Carvalho de Lorenzo e Wilma Peres da Costa. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 15–35.

Soares e Silva, Edmundo de Macedo. *O Ferro na história e na economia do Brasil*. Com pref. de Alfredo Américo da Silva. Biblioteca do Sesquicentenário 9. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

Sundquist, Björn e Christer Nordlund. "Science and Honour. The 11th International Geological Congress in Stockholm 1910". *Episodes* 27.4 (dez. de 2004), pp. 284–92.

Triner, Gail D. *Mining and the State in Brazilian Development*. London: Pickering & Chatto, 2011.

Weinberg, Gerhard L. *A World at Arms. A Global History of World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Wirth, John D. *The politics of Brazilian development, 1930–1954*. Stanford, California: Stanford University Press, 1970.